



Anais da Assembléia

Nº 03

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 02 DE MARÇO DE 1989.

ANO XV

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA
ATA DA 001ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 02 DE MARÇO DE 1989
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Paulo Furiatti e Werner Wanderer.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, David Cheriegate, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Ezequias Losso, Haroldo Rodrigues Ferreira, Irondi Pugliesi, João Arruda, Luiz Alberto Oliveira, Namir Piacentini, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Valderi Mendes Vilela (31). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Pirajá Ferreira, Acyr Mezzadri, Antônio Amibelli, Antônio Bárbara, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ferrari Júnior, Gerônimo Kirinus, Hermas Brandão, Homero Ogui-do, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Neivo Beral-din, Sabino Campos e Vera Agibert (23).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIO

Sob o nº DTL/191/88, do Senhor Governador do Estado, restituindo a este Poder o autógrafo do Projeto de Lei nº 194/88,

acompanhado do Parecer nº 413/88, da Procuradoria Geral do Estado, datado de 17.08.88, para as providências constitucionais da alçada de Vossa Excelência ou do Excelentíssimo Senhor Deputado Vice-Presidente desta Augusta Assembléia Legislativa.

Sob o nº DTL/260/88, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto de Lei nº 127/88, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº DTL/261/88, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 331/88, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público, em razão dos motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº DTL/262/88, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 335/88, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público, em razão dos motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº DTL/001/89, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto de Lei nº 172/88, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº DTL/002/89, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto de Lei nº 271/88, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº DTL/003/89, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 001/89, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº DTL/004/89, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 345/88, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº DTL/010/89, do Senhor Gover-

nador do Estado, comunicando haver VETADO no Projeto de Lei n° 345/88, por serem contrárias ao interesse público, as expressões " 7.783, de 16.12.83" do seu art. 75, justificando-se a negativa de sanção a essa referência legal pelo fato de não haver correspondência correta entre o número da Lei referida e a data que a ela, na proposição, se atribui. Com o veto assim posto, evitar-se-á qualquer dúvida de interpretação para futura aplicação da Lei correspondente do Projeto n° 345/88. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° DTL/011/89, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto de Lei n° 289/88, que busca suprimir do art. 20 da Lei n° 7.567, de 12 de janeiro de 1982, a palavra "semestralmente" objetivando possibilitar reajustes, em período inferiores ao semestre, do Valor Referência de Custas, (VRC), básico para o cálculo dos valores de contribuição à Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário, criada pela Lei n° 7.567, de 12 de janeiro de 1982. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° DTL/012/89, do Senhor Governador do Estado, comunicando seu afastamento do País com destino aos Estados Unidos da América, nos dias 11 a 15 de fevereiro, para tratar de assuntos de interesse do Estado, conforme autorização solicitada através da Mensagem Governamental n° 117, de 10.11.88, e aprovada por esta Casa de Leis em sessão plenária de 23.11.88. Ao conhecimento da Casa.

Sob os n°s DTL/255, 256, 257, 258, 259, 263, 264, 265/88, 005/89, 006, 007, 008 e 009/89, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n°s :

208/88 - Do Poder Executivo, que autoriza a alterar a destinação de imóvel, conforme especifica, o qual convertido em Lei, tomou o n° 8.919. Anote-se - Arquivo-se.

311/88 - Do Poder Executivo, que autoriza a doar o imóvel que especifica ao Educandário Mariano Rodrigues de Castro, de Araucária, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.920. Anote-se - Arquivo-se.

316/88 - Do Poder Executivo que autoriza a doar à Associação de Pais e Amigos de Surdos- APAS, os lotes de terreno que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.921. Anote-se - Arquivo-se.

307/88 - Do Senhor Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a

Curitiba, quinta, em 02.03.89

Associação Beneficente e Desportiva do DEAM, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.922. Anote-se - Arquivo-se.

008/88 - Do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, que denomina Prefeito Antônio Alceu Zielonka, o trecho que liga Piraquara a Quatro Barras, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.923. Anote-se. Arquivo-se.

334/88 - Do Senhor Deputado Erondy Silvério, que dispõe sobre a Taxa Judiciária a que se refere o Decreto n° 962, de 23 de abril de 1932, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.926. Anote-se. Arquivo-se.

332/88 - Do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, que trata do Imposto sobre a transmissão "causa mortis" e doação de quaisquer bens ou direitos, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.927. Anote-se. Arquivo-se.

333/88 - Do Senhor ex-Deputado José Domingos Scarpellini, que institui o Adicional do Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (A.I.R.O.), o qual convertido em Lei tomou o n° 8.928. Anote-se. Arquivo-se.

348/88 - Do Poder Executivo que altera o art. 1° da Lei n° 8.560, de 13 de outubro de 1987, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.930. Anote-se. Arquivo-se.

002/89 - Do Poder Executivo que eleva gratificações devidas às categorias funcionais a que se refere para os percentuais especificados, e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.931. Anote-se. Arquivo-se.

304/88 - Do Senhor Deputado Anibal Khury, que denomina "Rodovia Dr. Jacidito Correia", o trecho da PR 170, compreendido entre o Município de Cambé até Vila Prado Ferreira no Município de Mirassol, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.932. Anote-se. Arquivo-se.

004/89 - Do Poder Executivo que altera normas legais pertinentes ao pagamento da "Gratificação de Regência de Classe", de que cuida o art. 10 da Lei n° 7.099, de 08.01.79, ao pessoal com efetiva regência de classe em disciplinas de 5ª a 8ª séries do 1° Grau e a 1ª a 4ª séries do 2° grau, e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.934. Anote-se - Arquivo-se.

003/89 - Do Poder Executivo que dá nova redação ao § 3° do art. 32; ao item I

do art. 76; às alíneas a, b, e c, do item II, também do art. 76, com a redação dada pela Lei Complementar 13, de 23.12.81 (Estatuto do Magistério Público do Ensino de 1º e 2º graus), o qual convertido em Lei Complementar tomou o n° 044. Anote-se. Arquivar-se.

Mensagens:

MENSAGEM N° 08/89

Curitiba, 1º de Fevereiro de 1989.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que, propondo a extinção de cargos de provimento em comissão, dispensáveis à Administração Pública, nas Secretarias de Estado nele referidas, busca dar continuidade à reforma administrativa iniciada pela Lei 8.485, de 03 de junho de 1987, sempre na busca das melhores formas possíveis para a obtenção dos meios e recursos disponíveis à consecução da meta primordial de meu governo, seja o bem-estar do povo paranaense.

A verificação constante do funcionamento da máquina administrativa do Estado, com o intuito de dar-se o acompanhamento governamental ininterrupto da implantação da reforma, conforme está expresso na própria Lei 8.485/87, levou, nestes tempos difíceis por que passa a economia nacional, à necessidade de maiores cortes nos gastos públicos, para que o Paraná se adeque à exigência da nação brasileira de que, entre outras medidas para o combate à inflação, haja controle prioritário, imediato e eficaz do déficit público, em que devem empenhar-se, não só a União, mas também as demais unidades políticas da Federação. O Paraná não poderia omitir-se, portanto, a tal conclamação nacional, assim que procura, com sacrifícios, manter a eficiência da máquina estatal a custos compatíveis com a atual conjuntura econômica, não desprezando a busca dos melhores resultados administrativos, porém, com os menores gastos possíveis.

Certo de que a medida proposta merecerá desta Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado.

PROJETO DE LEI N° 011/89

Art. 1º- Ficam extintos os cargos de provimento em comissão, no âmbito da administração pública estadual, infracitados:

I - na Casa Civil - 01 (um) cargo de Sub-Chefe da Casa Civil- Símbolo DAS-1;

II- na Secretaria de Estado dos Transportes - 01 (um) cargo de Chefe do Departamento Aeroportuário, símbolo DAS-5 e 01 (um) cargo de Chefe do Departamento Ferroviário, símbolo DAS-5;

III- na Secretaria de Estado da Comunicação Social- 02 (dois) cargos de Chefe do Centro de Comunicação Social, símbolo 1-C;

IV - na Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - 02 (dois) cargos de Chefe do Grupo Setorial, símbolo 1-C e 02 (dois) cargos de Assistente Técnico do Grupo Setorial, símbolo 2-C;

V - na Secretaria de Estado da Administração, 02 (dois) cargos de Chefe do Grupo Administrativo Setorial, símbolo 1-C, 02 (dois) cargos de Chefe de Grupo de Recursos Humanos Setorial, símbolo 1-C e 04 (quatro) cargos de Assistente Técnico de Grupo Setorial, símbolo 2-C;

VI - na Secretaria de Estado da Fazenda - 02 (dois) cargos de Chefe do Grupo Setorial, símbolo 1-C, e 02 (dois) cargos de Assistente Técnico de Grupo Setorial, símbolo 2-C;

VII - na Secretaria de Estado da Educação, 79 (setenta e nove) cargos de Inspetor Estadual de Educação, símbolo 4-C.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 09/89

Curitiba, 02 de fevereiro de 1989.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva instituir, na estrutura organizacional básica do Poder Executivo Estadual, aprovada pela Lei n° 8485, de 03 de junho de 1987, a Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social - SEJA, como resultado da fusão da Secretaria de Estado da Justiça - SEJU, com a Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social - SETA, regulamentadas, respectivamente, pelos Decretos n° 1185, de 19 de agosto de 1987 e n° 1179, de 17 de agosto de 1987.

Os resultados pretendidos pelo meu Governo nos campos econômico e social, com o intuito de dar ao Paraná e ao seu povo condições do máximo desenvolvimento possível, exige uma constante verificação do funcionamento da máquina administrativa estadual, buscando sempre sua adequação no sentido de obter-se, através de sua maior eficiência, um desempenho a custos compatíveis com a atual conjuntura econômica nacional, produzindo o mais que se puder conseguir com recursos públicos que não se

esgotem apenas na própria estrutura administrativa, mas sirvam também a investimentos no processo de desenvolvimento do Paraná.

A reforma administrativa em nosso Estado não se esgotou com o advento da Lei nº 8485, de 03 de junho de 1987, nela própria estando expressa a necessidade de acompanhamento governamental ininterrupto de sua implantação. Esse permanente acompanhamento tem revelado a conveniência de reajustes na máquina administrativa pública.

Como disse o ilustre Professor penalista René Dotti, em artigo publicado no jornal "Gazeta do Povo" de 15.01.89, intitulado "A Galinha Azul nos presídios" na verdade com a medida proposta.

"Não é o sentimento ou valor da Justiça ou do Trabalho ou da Ação Social que estão em foco mas sim a revisão conceitual, orgânica e finalística desses setores fundamentais da vida social que se tocam e se confundem com as faces de um triângulo escaleno."

Perseguindo no articulado, acrescenta o ilustre mestre paranaense:

"A concentração das Secretarias da Justiça, do Trabalho e da Ação Social assume relevante papel sob a perspectiva de uma nova e verdadeira Justiça. Não está em causa a justiça formal ou meramente nominal que foi condenada a agasalhar tantos erros e omissões desde a alvorada até o crepúsculo das civilizações.

Fala-se de uma justiça material, como forma e realização de um novo tipo de Direito que não pode apoiar-se simplesmente na "sociedade" mas que extrai a sua essência e vive a sua circunstância numa sociedade civil organizada, articulada em torno dos centros da própria relação social e sobretudo produtiva.

Como observa muito bem Juan Ramon Cappella, esse "novo tipo de Direito" tem suas fontes materiais na organização da fábrica, da empresa, da comunidade camponesa, dos trabalhadores científicos, dos centros de estudo, do bairro, da juventude: "uma sociedade que supera, com o trabalho da vontade das suas forças progressivas, as desagregadoras tensões de uma realidade atomizada."

E arrematando, com seu senso crítico apurado no estudo da matéria, pronuncia-se ainda o Professor Dotti:

"É bem provável que este passo da reforma administrativa não seja apenas um paradigma de supressão de alguns órgãos e serviços imobilizados ou ineficientes, diante da carência de recursos humanos e financeiros, mas que se converta no gesto de sementeira lançada no terreno fértil da esperança que habita o condenado mundo das prisões.

Esta minha perspectiva decorre da vivência, ao longo de oito anos como membro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária que ofereceu ao País a primeira lei de execução penal e pela primeira vez institui sistematicamente o "bill of rights" dos presidiários e na tentativa de reversão da face negra das prisões tão bem definidas por Enerhard Schmidt: "Erreurs monumentales figées dans la pierre", ou as chamadas "instituições completas e austeras". A prisão é descrita por Foucault como "a região mais sombria do aparelho da Justiça".

A criação da nova secretaria concentrando as atividades de um programa de Justiça, Trabalho e Ação Social, poderá tornar concretas as propostas do discurso e da legislação penitenciária que há muitos anos - desde o tempo da prisão como pena - sustentam que a ressocialização do condenado depende do trabalho e da convivência social.

Tenho a convicção, como advogado militante e professor que passou pela "primeira ferverura", que uma nova prática de Justiça social está nascendo."

Ao lançar a idéia e propô-la à apreciação dessa augusta Casa de Leis, lowo-me nas palavras do Professor René Dotti para sustentá-la, mesmo porque são palavras de mestre e de companheiro de jornada, componentes de uma equipe com um único ideal - aquele que, se a proposta vier a merecer a acolhida dessa augusta Assembleia Legislativa, será também o objetivo do Deputado Rubens Bueno, Secretário da Pasta que será instituída: o bem-estar da gente paranaense, com prioridade para o atendimento aos menos favorecidos pela sorte e aos eventualmente marginalizados, visando todo o apoio que possa fazê-los participantes e, ao mesmo tempo, favorecidos da ação governamental.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANEXO

a que se refere o Art. 3º

CARGOS DE PROVIMENTO
EM COMISSÃO EXTINTOS

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA

Nº DE	DENOMINAÇÃO	SIMBOLOGIA
CARGOS		

01	Secretário de Estado	
01	Diretor Geral de Secretaria de Estado	DAS-1
01	Chefe de Gabinete	DAS-5
01	Assessor	DAS-5
01	Chefe da Coordenadoria de Proteção e Orientação ao Consumidor	DAS-5
01	Chefe da Coordenadoria Regional da Justiça	DAS-5
02	Assistente	7-C
03	Assistente	10-C
01	Assistente	12-C
11	Assistente	15-C

PROJETO DE LEI N° 012/89

Art. 1° - Fica instituída, na estrutura organizacional básica do Poder Executivo estadual, aprovada pela Lei n° 8485, de 03 de junho de 1987, a Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social - SEJA, como resultado da fusão da Secretaria de Estado da Justiça - SEJU, com a Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social - SETA, regulamentadas pelos Decretos n° 1185, de 19 de agosto de 1987 e n° 1179, de 17 de agosto de 1987, respectivamente.

Art. 2° - O patrimônio e o pessoal das Secretarias de Estado em extinção, a que se refere o art. 1° desta Lei, passam à Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social.

Art. 3° - Ficam extintos os cargos de provimento em comissão da Secretaria de Estado da Justiça, na forma do anexo à presente lei.

Art. 4° - Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar os saldos orçamentários da Secretaria de Estado da Justiça e da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, além daqueles relativos ao Programa Nosso e ao Programa de Desenvolvimento do Artesanato Paranaense, para a Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social - SEJA, não sendo computados tais remanejamentos dentro do limite fixado no "caput" do Art. 9° da Lei n° 8905, de 05 de dezembro de 1988.

Parágrafo Único- A Secretaria da Justiça, do Trabalho e Ação Social substitui como interveniente em acordos, convênios, contratos e outros instrumentos similares, firmados até esta data, com as esferas municipais, estaduais e federais quaisquer das entidades extintas.

Art. 5° - As atividades referentes à postulação e à defesa dos direitos dos juridicamente necessitados, a que se refere o art. 32 da Lei n° 8485, de 03 de junho de 1987, passam ao âmbito de ação da Procuradoria Geral do Estado - PGE.

Art. 6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 10/89

Curitiba, 02 de fevereiro de 1989.
Senhor Presidente.

Através do presente expediente, tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência, a fim de solicitar providências no sentido de que a Mensagem n. 128/86, de 22 de setembro de 1986, seja, juntamente com o respectivo anteprojeto de lei, restituída ao Poder Executivo para reexame da matéria.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 11/89

Curitiba, 09 de fevereiro de 1989.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a extinção da Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR.

Os resultados pretendidos pelo meu Governo nos campos econômico e social, com o intuito de dar ao Paraná e a seu povo condições do máximo desenvolvimento possível, exige uma constante verificação do funcionamento da máquina administrativa estadual, buscando sempre sua adequação no sentido de obter-se, através de sua maior eficiência, um desempenho a custos compatíveis com a atual conjuntura econômica nacional, produzindo o mais que se puder conseguir com recursos públicos que não se esgotem apenas na própria estrutura administrativa, mas sirvam também a investimentos no processo de desenvolvimento do Paraná.

A reforma administrativa em nosso Estado não se esgotou com o advento da Lei n. 8.485, de 3 de junho de 1987, nela própria estando expressa a necessidade de acompanhamento governamental ininterrupto de sua implantação. Esse permanente acompanhamento tem revelado a conveniência de reajustes na máquina administrativa pública.

Assim, estudos e avaliações recentes demonstram que a Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR deverá ser extinta em razão de uma marcante tendência de privatização de entidades dessa natureza, inclusive havendo acenos do Governo Federal no sentido de assim proceder.

Quanto às atividades que o Estado deva desenvolver com vistas ao incremento do turismo no Paraná, poderão elas ser exercidas por órgãos ou entidades atualmente

existentes em sua estrutura, sem qualquer prejuízo ao crescimento do setor.

Tal fato, a par de outras ações semelhantes, ensejará economia aos cofres públicos estaduais, racionalizando os serviços, além de promover maior eficiência dos órgãos da administração pública do Paraná, tudo visando o bem-estar do seu povo.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

PROJETO DE LEI N° 013/89

Art. 1° - Fica extinta a Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR, criada pela Lei n. 5.948, de 27 de maio de 1969, alterada pela Lei n. 6.049, de 03 de dezembro de 1969 e os respectivos cargos de direção denominados Diretor-Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor Técnico.

Art. 2° - As atividades de coordenação da exploração econômica dos recursos turísticos do Estado ficam a cargo do Secretário de Estado que atue nessa área.

Art. 3° - A Fundação de Esportes do Paraná, criada pela Lei n. 8.485, de 3 de junho de 1987, passa a denominar-se Fundação de Esporte e Turismo - FESTUR, cabendo a ela absorver as atividades até então desenvolvidas pela Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR.

Art. 4° - Caberá à Fundação de Esporte e Turismo assumir o patrimônio, receita e pessoal da Empresa Paranaense de Turismo, bem como a responsabilidade na continuidade dos convênios, contratos e demais atos correlatos em fase de execução pela entidade a que se refere o art. 1° desta lei.

Art. 5° - Fica criado, no âmbito da Fundação de Esporte e Turismo - FESTUR, um cargo de Diretor, para atendimento às atividades absorvidas da Empresa a que se refere o art. 1° desta lei.

Art. 6° - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a proceder, por decreto, alterações relativas à composição, vinculação e funcionamento do Conselho Paranaense de Turismo, criado pela Lei n. 5.948, de 27 de maio de 1969 e alterado pelas Leis ns. 8.199, de 27 de maio de 1969 e alterado pelas Leis ns. 8.199, de 17 de dezembro de 1985 e n. 8.388, de 20 de outubro de 1986.

Art. 7° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 022

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n. 066/88 que declara de Utilidade Pública a Associação Luz Encaminha com sede e foro na cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 02.03.89.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO N° 023

Senhor Presidente.

O Parlamentar que abaixo subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n. 153/88 que cria os Distritos Administrativos de Dom Armando e Portão Ocuy no Município de Missal.

Sala das Sessões, em 02.03.89.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO N° 025

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais e na forma do disposto nos artigos ns. 72 e 191 do Regimento Interno, entre outros, REQUER:

- Tendo em vista que no próximo 05 de março expira o prazo de 45 dias, previsto no art. 28, § 5°, da Constituição Estadual, para que a Casa examine os vetos apostos pelo Senhor Chefe do Poder Executivo, a dispositivos do Projeto de Lei n. 01/89;

- Tendo em vista que o art. 191, § 1°, que trata "Dos projetos vetados", dispõe textualmente que:

"§ 5° - Com o parecer ou sem ele, se a Comissão não o apresentar dentro do prazo de 10 dias, será o projeto ou parte vetada submetida a discussão única e votação por escrutínio secreto, considerando-se aprovado, se obtiver o voto de dois terços do número total de Deputados e será neste caso, enviado ao Governador para ser promulgado";

REQUER: Convocação de sessão para o dia 03 próximo, com o fim de apreciar os vetos apostos ao Projeto de Lei n. 01/89, que figurara na Ordem do Dia da mesma.

Sala das Sessões, em 02.03.89.

(aa) David Cheriegate, Nereu Carlos Massignan, Ezequias Losso, Haroldo Rodrigues Ferreira, Basílio Zanusso, Valderi Mendes Vilela, Werner Wanderer, Raul Lopes, Nelson Vasconcellos, Paulo Furiatti, Algaci Túlio, Rafael Greca, Paulino José Delazeri, Antônio Costenaro Neto, Namir Piacentini, João Arruda.

JUSTIFICATIVA:

Considerando-se que apenas nesta data, 1º de março, a Assembléia Legislativa inicia o 1º Período Ordinário da 3ª Sessão Legislativa e que as Comissões Permanentes ainda não foram constituídas e, por consequência, ainda não tiveram condições de examinar os processos em tramitação, que demandam em discussão e votação imediata, como é o caso dos vetos postos, pelo Executivo, ao Projeto de Lei n. 01/89, cujo prazo constitucional de 45 dias, expira no 05 de março; Considerando que o Regimento Interno é claro e não enseja dúvidas quanto ao disposto no art. 191, que determina a inclusão do processo vetado, com ou sem parecer, na Ordem do Dia e, finalmente que é dever desta Casa cumprir com os compromissos assumidos com aqueles que representam, defendendo seus direitos e interesses e que os vetos apostos ao projeto de Lei n. 01/89, pelo Senhor Governador, se constituem em injustiça e desconsideração para com os funcionários públicos do Estado, que, com seus salários totalmente defasados pela inflação, teriam nos reajustes, propostos pelo próprio Governador, a esperança de melhoria salarial.

REQUERIMENTO Nº 013

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, seja marcada a data de 23 de março de 1989, às 15 horas, para a realização de sessão solene que outorgará o título de Cidadão Honorário do Paraná ao empresário Jabur Abdalla, já devidamente aprovado por esta Casa de leis e sancionado pelo Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 02.03.89.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 034

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento da Senhora RENI VICENTIN LOSSO, ocorrido ontem em lamentável acidente em Guarapuava.

Este fato deixa a comunidade grandemente pesadosa e consternada por tratar-se de uma pessoa de invejável operosidade, que muito contribuiu para o desenvolvimento socio-econômico daquele Município.

Requer, ainda, após aprovado este requerimento que seja dada ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02.03.89.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO Nº 011

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a inserção em ata de votos de congratulações pela posse do Dr. Luiz Chemin Guimarães, no cargo de Procurador Geral do Estado, no último mês de janeiro.

A presente proposição se justifica por ser o Dr. Luiz Chemin Guimarães um dos mais brilhantes e capacitados procuradores do Estado, tendo deixado recentemente a Pasta da Justiça, onde desenvolveu trabalho dos mais profícuos, em especial junto ao sistema penitenciário do Estado. É ainda, o mesmo, professor da Universidade Federal do Paraná, onde tem podido transmitir os seus vastos conhecimentos jurídicos aos alunos da Faculdade de Direito. Por tudo isso, pela retidão de caráter, pela capacidade funcional e jurídica, é o Dr. Luiz Chemin Guimarães, merecedor do cargo que ora vem a ocupar e do qual, temos certeza, saberá dignamente se desincumbir.

Requer, ainda, uma vez aprovada a presente proposição, seja da mesma dado conhecimento ao Dr. Luiz Chemin Guimarães e ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 02.03.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 012

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, à Douta Mesa, a inserção em Ata, de votos de congratulações, pela posse, no último 1º de fevereiro, do Senhor Desembargador Abrahão Miguel, na Presidência do Tribunal de Justiça do Paraná, do Senhor Desembargador José Lemos Filho, no cargo de Vice-Presidente e no de Corregedor Geral da Justiça, o Senhor Desembargador Plínio Cachuba.

Requer, outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, seja da mesma dado conhecimento aos Senhores Desembargadores eleitos e empossados na direção do Judiciário do Paraná, no biênio 89/90.

Sala das Sessões, em 02.03.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 015

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, à Douta Mesa Executiva, a inserção em Ata de votos de louvor e congratulações à Editora Jornalística Paraná em Páginas Ltda, pelo transcurso dos 24 anos de circulação, ininterrupta, de "Paraná em Páginas".

"Paraná em Páginas" se constitui num marco da imprensa paranaense, pois como

bem diz o editorial da edição de aniversário: "Sem falhar em nenhum mês, nesses 24 anos, esta revista conseguiu o melhor em regularidade de circulação e essa credencial é o detalhe de muito valor que poderemos ressaltar, como compromisso com os anunciantes, assinantes e leitores."

A comunicação, quando usada para a verdade, como fator de questionamento da sociedade, cria a consciência crítica e forma a interação e integração entre as pessoas, a tal ponto que, sem dúvida, a cultura de um povo poderá ser medida pelo grau e usos de seus meios de comunicação. Exemplo é a atual Campanha da Fraternidade que tem como lema: "Comunicação para a verdade", numa tentativa de alertar a sociedade para a importância da comunicação. Acompanhando a evolução de "Paraná em Páginas", em seus 24 anos de circulação, sabemos que tem procurado contribuir para a elevação cultural do povo paranaense através da boa e correta informação. Razão pela qual, se faz merecedora dos cumprimentos desta Casa de Leis.

Requer, ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento ao Senhor Cândido Gomes Chagas, Diretor Geral da Editora Jornalística Paraná em Páginas Ltda.

Sala das Sessões, em 02.03.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 016

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a inserção na Ata dos trabalhos, de votos de congratulações pela posse, no último 1° de fevereiro, da nova diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Paraná, a qual ficou assim constituída:

Presidente: Cid Campêllo

Vice-Presidente: Fernando Vidal de Oliveira

1° Secretário: Luiz Alberto Rego Barros

2° Secretário: Waldir Grisard Filho

Tesoureiro: Antonio Raul Valente; além dos Conselheiros, integrantes das diversas Comissões, conforme recorte de jornal em anexo, contendo a relação discriminada de todas elas.

Requer, ainda, seja dado conhecimento aos Senhores Advogados que dirigirão, doravante, a O.A.B./PR.

Sala das Sessões, em 02.03.89.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

No contexto jurídico paranaense, tem a OAB/PR se colocado sempre como instituição defensora do direito, da justiça e da igualdade para todos. O nomes, agora eleitos, para dirigir a OAB/PR, estão catalo-

Curitiba, quinta, em 02.03.89

gados entre os mais renomados e respeitados juristas do Estado, sendo merecedores das congratulações desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 005

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à Douta Comissão Executiva desta Casa, o encaminhamento de apelo, pelas razões abaixo expostas, aos Excelentíssimos Senhores Ministros da Saúde, Seigo Tsuzuki; da Previdência Social, Jader Barbalho; ao Presidente do INAMPS, Antonio Temoteo dos Santos Sobrinho; ao Senhor Lauro Ferreira Filho e à Bancada do Paraná no Congresso Nacional:

A saúde é um direito inalienável do povo e, uma Nação que não cuida da saúde de seu povo, caminha para o caos e para a falência, moral e material.

O Paraná é o quinto maior arrecadador do IAPAS, o que justificaria um atendimento hospitalar e ambulatorial à altura das necessidades dos assistidos pelo INAMPS. Todavia, encontra-se o Paraná com seus hospitais paralizados, no que concerne ao atendimento dos pacientes do INAMPS, por não terem mais condições financeiras de suportar o ônus desse atendimento. Há meses que não recebem do INAMPS, vivendo hoje uma situação caótica e alarmante, pois, além da falta de cumprimentos de suas obrigações contratuais, o INAMPS paga aos hospitais diárias de valor ridículo - quatro cruzados para um paciente internado: médicos, plantonistas, serviços de enfermagem, higienização, parte administrativa do hospital, etc. - furtando-se ao dever de realinhar tais valores à semelhança do que faz com os serviços que explora, como água, luz, telefone.

A situação em que se encontram hoje os hospitais, pode ser dita como de verdadeira calamidade. As conseqüências são as sentidas pelo nosso povo, que já não mais suporta arcar com todo o peso advindo da falta de responsabilidade e competência da administração pública federal.

A paralisação parcial dos hospitais, no atendimento aos pacientes do INAMPS; a falta de saúde do povo brasileiro; a necessidade de responsabilizar-se a quem de direito pela crise social que assola o nosso País e a falta de justificativa para a falta de pagamento das diárias - não cumprimentos dos convênios assinados, levam o Deputado requerente a apelar às autoridades competentes no setor previdenciário, para que, com a máxima urgência, se tomem medidas visando a regularização da situação existente: pagamento e reajuste.

Requer, ainda, encaminhamento de apelo aos Senhores Deputados da Bancada do Para-

nã no Congresso Nacional, para que envidem esforços no sentido de normalizar a situação existente.

Sala das Sessões, em 02.03.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 006

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, na forma do Regimento Interno da Casa e por encontrar-se esta em recesso, submete à apreciação da Douta Comissão Executiva, a seguinte proposição:

REQUER o encaminhamento de ofício ao Senhor Diretor da SUNAB, solicitando do mesmo os esclarecimentos abaixo especificados, tendo em vista que, com a aplicação do novo "pacote econômico", a atuação daquele órgão é das mais importantes e necessárias:

1. Qual a estrutura, orgânica e física, que conta a SUNAB para atender a fiscalização, em Curitiba e no Estado do Paraná, relativamente ao cumprimento do novo plano econômico?

2. Existe, por parte do órgão a nível federal, com extensão para o estadual, um plano de ação para o cumprimento das disposições legais atinentes ao congelamento de preços?

3. Qual a forma que será usada para fiscalização dos preços dos produtos na fonte, ou seja, diretamente do produtor, no sentido de evitar-se que o distribuidor e vendedor não tenham condições de cumprir o tabelamento?

4. Quais as penalidades que poderão ser aplicadas, se comprovado crime contra a economia popular?

5. A SUNAB desenvolverá o trabalho de fiscalização em conjunto com outros órgãos? Quais?

A presente solicitação se justifica face os compromissos assumidos pelo legislador estadual, através de seu mandato, e, no caso específico, do Deputado requerente, pela extensão desta atividade ao exercício profissional que exerce: comunicador.

Sala das Sessões, em 02.03.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 007

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, na forma do disposto no Regimento Interno da Casa, e por encontrar-se esta em recesso, REQUER à Douta Comissão Executiva:

CONSIDERANDO que o jovem José Henrique Sanoncine Lins, de 18 anos, foi brutalmente assassinado no último dia 16, quando, abordado por patrulha da Polícia Militar do Estado do Paraná, procurava apanhar

seus documentos para apresentá-los à autoridade policial;

CONSIDERANDO que o brutal ato se constitui numa ameaça à sociedade, pois revela o despreparo de elementos incumbidos de zelar pela segurança pública;

CONSIDERANDO que a sociedade constituída, no uso de seus legítimos direitos, exige a reparação de tão covarde atentado contra um de seus membros, que teve o direito à vida roubado por um representante do órgão policial competente para zelar pela vida dos cidadãos; o encaminhamento de apelo ao Senhor Secretário de Estado da Segurança e, extensivamente ao Senhor Comandante Geral da Polícia Militar, que tomem as providências cabíveis, para que o culpado e responsáveis por tão covarde crime, sejam responsabilizados e penalizados na forma da lei. E, ainda, que diante das condições salariais, recém-aprovadas por esta Casa, aos policiais militares, que sejam os critérios, para o ingresso nas fileiras da PMPR, revistos e atualizados, de forma a não mais permitir a presença de elementos despreparados para tão importante função, que é a da prevenção e defesa da segurança pública.

Sala das Sessões, em 02.03.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 008

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, à Mesa Executiva da Assembleia, diante do abaixo exposto, o que se segue:

EXPOSIÇÃO:

1. A Constituição da República inseriu em seu texto - art. 4° X, o direito de asilo ao ser humano, que busca proteger-se de violência que o impede de permanecer em seu próprio País, por ser este um direito universal de defesa da própria vida.

2. A imprensa brasileira vem abrindo espaço para falar do ex-Presidente do Paraguai, Alfredo Stroessner, desde que este, por um golpe, perdeu a condição de Chefe de Estado, e, no Brasil, buscou asilo político. Pretensão esta que vem recebendo, dos setores mais representativos, o repúdio, de vez que, nos seus 34 anos de poder, muitos foram os crimes praticados contra os direitos humanos.

3. O governo Alfredo Stroessner, para o Brasil foi dolorosamente marcado, pois era o Paraguai que recebia, diariamente, carros, caminhões, roubados em nosso território. Como também, era o "paraíso do contrabando", em especial de café e soja, de tal sorte que o Paraguai, sem plantar soja, tornou-se um dos maiores exportadores mundiais do produto. Através de convênio assinado entre o Brasil e Paraguai,

estabeleceu-se em Paranaguá, um entreposto de depósito franco para as mercadorias exportadas ou importadas pelo Paraguai.

4. Este entreposto passou a ser o esconduro natural de produtos contrabandeados, fazendo do Paraguai e o Estado do Paraná, a maior conexão de contrabando da América Latina. Fato este que deu origem, em maio de 1987, à criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa do Estado, CPI esta que, ao longo de muitos meses, ouviu depoimentos de cominhoneiros roubados, policiais, autoridades, testemunhas de fatos delituosos, de origem brasileira e paraguaia. Ouviu, inclusive, o então Cônsul paraguaio no Paraná, Justus Almada. Buscou-se também provas dos delitos praticados. Enfim, praticou a CPI, todos os atos a si inerentes e por lei permitidos, para apurar as denúncias de contrabando no Porto de Paranaguá e na fronteira do Estado com o Paraguai.

5. Ocorre que a CPI em questão, encontra-se ainda tramitando na Assembleia, apenas temporariamente paralisada em decorrência do recesso legislativo, devendo, a Comissão, no próximo mês de março, retornar às suas atividades.

6. À Justiça cabe julgar. Alfredo Stroessner será julgado pelos crimes políticos que cometeu, isto, todavia, não pode impedir o Brasil de conceder a ele o asilo que a Constituição Federal garante. Como não pode o Brasil deixar de aproveitar a oportunidade que se lhe apresenta, para levar à luz fatos que estão há muito encobertos, como os que foram levantados pela CPI que "examina as denúncias de contrabando no Porto de Paranaguá e na fronteira do Estado com o Paraguai."

7. Alfredo Stroessner, atualmente residindo no Município de Guaratuba, neste Estado, e na possível espera do visto de asilo, poderá ser convocado para depor na Comissão Parlamentar de Inquérito que examina denúncias de contrabando e outros delitos envolvendo Paraná-Paraguai?

AMPARO LEGAL:

Salvo melhor juízo, examinando-se a Constituição da República, temos que:

"Art. 5º - Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....
II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;" (grifo nosso)

"Art. 58 - O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com contribuições previstas no respectivo regi-

Curitiba, quinta, em 02.03.89

mento ou no ato de que resultar sua criação.

.....
§ 2º - As comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

.....
V - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão."

E a Constituição Estadual vigente ainda:

"Art. 19 - A requerimento de um terço de seus membros, a Assembleia criará comissões de inquérito sobre fato determinado e por prazo certo, observando, em sua composição, o disposto no art. 16, parágrafo único, item I."

E, finalmente, o Regimento Interno da Assembleia: "Art. 34 - As comissões especiais e as de Inquérito serão constituídas por determinação da Assembleia, mediante requerimento escrito com a indicação do assunto de que devam tratar e do número de seus membros."

CONCLUSÃO:

Se a nossa Lei Maior garante direitos a brasileiros e estrangeiros igualmente e assim também, entendemos, devam ser os deveres, às comissões, legalmente constituídas e em razão da matéria de sua competência, cabe solicitar depoimentos de qualquer autoridade ou cidadão, não especificando, a Constituição, se este cidadão é apenas o brasileiro, ou também o estrangeiro. Pelo que, se depreende, seja tanto um como o outro.

REQUERIMENTO:

Diante do exposto, REQUER o encaminhamento de consulta, ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Relações Exteriores e ao Diretor Geral do Departamento de Polícia Federal, no seguinte teor:

a) Tem o Senhor Alfredo Stroessner, na condição em que se encontra hoje no Brasil, algum impedimento legal que o impeça de ser convidado a depor na Comissão Parlamentar de Inquérito, já citada, com o fim de contribuir para a elucidação dos fatos articulados na constituição da Comissão?

b) Não existindo impedimento, quais as formalidades que deverão ser atendidas, pela Assembleia do Paraná, na formulação do convite para o comparecimento perante a CPI?

Requer, ainda, que desta proposição seja dado conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 02.03.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 010

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, no uso de suas atribuições legais e na

forma regimental, da Douta Mesa, as providências administrativas que se fizerem necessárias, para devolução, ao Executivo, do Projeto n° 009/89, que autoriza a PARANATUR a alienar imóvel localizado no Município de Foz do Iguaçu, em virtude do mesmo encontrar-se incompleto no que concerne as exigências de lei para matéria da espécie.

O referido projeto, pela falta de laudo de avaliação, foi retirado da Ordem do Dia de 18 de janeiro de 1989.

Sala das Sessões, em 02.03.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 009

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER da Douta Mesa Executiva, tendo em vista que, no dia 14 de outubro de 1987, encaminhamos à Mesa da Assembléia, Pedido de Informações a respeito do "Centro de Convenções de Curitiba", na forma do disposto no § 2° do Art. 20 da Constituição Estadual, que prevê o prazo de trinta dias para as respostas aos pedidos. Em 12 de maio de 1988, o mesmo foi respondido com a informação de que "a documentação pertinente se encontra dispersa pelos órgãos competentes do Estado, protocoladas sob n°s. 272.622-00/87 e 454.557-5/88."

Considerando que até a presente data o Centro de Convenções de Curitiba não passou a ser utilizado para o cumprimento de suas finalidades e diante da necessidade de esclarecimento a vários questionamentos levantados em torno da aquisição e construção do mesmo, REQUER o encaminhamento de pedido ao Senhor Chefe do Executivo para que determine o envio de cópia dos processos, protocolados sob os números acima transcritos, ao Deputado requerente.

Sala das Sessões, em 02.03.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 041

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais, considerando que a situação presente apanha a Assembléia Legislativa numa condição de "vacatio legis" a nível de compatibilização do texto constitucional estadual, do Regimento Interno da Assembléia, com as normas da Constituição Federal, vêm pelo presente, REQUERER que os vetos apostos, pelo Sr. Governador do Estado, ao Projeto n° 01/89, sejam apreciados de acordo e conforme as disposições constitucionais federais vigentes, passando desta forma, o prazo de 30 dias, previsto no art. 66, § 4°, a ser contado a partir de 1° do mês em curso, para votação na forma do § 6° do

mesmo artigo.

Sala das Sessões, em 02.03.89.

(aa) JOÃO ARRUDA, PEDRO TONELLI, PAULO FURIATTI, PAULINO JOSÉ DELAZERI, ALGACI TÚLIO, DAVID CHERIEGATE, NEREU CARLOS MASSIGNAN, NELSON VASCONCELLOS, BASÍLIO ZANUSSO, HAROLDO RODRIGUES FERREIRA, IRONDI PUGLIESI, LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, RAUL LOPES, EDMAR LUIZ COSTA, NAMIR PIACENTINI.

REQUERIMENTO N° 044

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, em data de 26 de janeiro, encaminhou consulta à Comissão Executiva para dirimir dúvidas quanto à posição jurídica da Casa, tendo em vista a condição de vacância da lei, a nível de compatibilização dos textos constitucionais: estadual e federal, tendo em vista encontrar-se tramitando processo dispondo sobre os vetos apostos, pelo Executivo ao Projeto de Lei n° 01/89, que dispõe sobre o reajuste dos funcionários públicos do Estado. Este da maior importância para a Assembléia e para a classe dos servidores.

Todavia, até a presente data, o Deputado requerente não recebeu resposta à consulta formulada razão pela qual, REQUER, da Douta Mesa e da nova Comissão Executiva da Casa, URGÊNCIA para a mesma, tendo em vista perdurar o impasse levantado, quanto à aplicação das normas constitucionais.

Sala das Sessões, em 02.03.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 028

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Dr. Abrahão Miguel, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no sentido de ser viabilizado estudos para a criação da Comarca de Cantagalo.

Referida solicitação se faz em função de ser o Município próspero e em plenas condições para a instalação da Comarca, pois sua sede dista 75 km da sede da Comarca, localizada na cidade de Guarapuava.

Por outro lado, o atendimento da população tem sido sacrificado em função dos fatos acima apontados e sem sombra de dúvidas é uma das grandes aspirações daquele povo.

Do presente, REQUER, dê-se conhecimento do pedido ora formulado ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara de Vereadores e ao Presidente do PDT Sr. Estevan Damiani, à R. Olavo Bilac 487, que foi o autor do pe-

dido a nós formulado.

Sala das Sessões, em 02.03.89.

(a) VALDERI VILELA

REQUERIMENTO N° 029

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Dr. Abrahão Miguel, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no sentido de ser viabilizado estudos para a criação da Comarca de Borrazópolis.

Referida solicitação se faz em função de ser o Município próspero e em plenas condições para a instalação da Comarca, pois sua sede dista 30 km da sede da Comarca, localizada na cidade de Faxinal. Por outro lado, o atendimento da população tem sido sacrificado em função dos fatos acima apontados e sem sombra de dúvidas é uma das grandes aspirações daquele povo.

Do presente, REQUER, dê-se conhecimento do pedido ora formulado ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara de Vereadores e ao Presidente do PDT Sr. Rubens Schimidt, à Pça. da República 160, que foi o autor do pedido a nós formulado.

Sala das Sessões, em 02.03.89.

(a) VALDERI VILELA

REQUERIMENTO N° 030

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Dr. Abrahão Miguel, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no sentido de ser viabilizado estudos para a criação da Comarca de Jataizinho.

Referida solicitação se faz em função de ser o Município próspero e em plenas condições para a instalação da Comarca, pois sua sede dista 40 km da sede da Comarca, localizada na cidade de Uraí.

Por outro lado, o atendimento da população tem sido sacrificado em função dos fatos acima apontados e sem sombra de dúvidas é uma das grandes aspirações daquele povo.

Do presente, REQUER, dê-se conhecimento do pedido ora formulado ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara de Vereadores e ao Presidente do PDT Sr. Evilásio Rangel Cordeiro, à R. Monteiro Lobato 288, que foi o autor do pedido a nós formulado.

Sala das Sessões, em 02.03.89.

Curitiba, quinta, em 02.03.89

(a) VALDERI VILELA

REQUERIMENTO N° 024

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja convocada Sessão Extraordinária, visando apreciação do veto governamental aposto ao projeto de lei que concede reajuste salarial de 39,27% aos servidores públicos estaduais.

Referida solicitação se faz em função de que a indefinição com relação ao decurso de prazo, derrubado pela Constituição Federal, mas presente ainda na Constituição Estadual, poderá prejudicar o funcionalismo público do Paraná em função do veto ao reajuste de 39,27% feito pelo Governador Álvaro Dias. Ressalta-se também que, existindo conflito entre as Constituições Federal e Estadual, invoca-se o princípio da hierarquia das leis. "Quando há qualquer choque entre duas leis, prevalece o estabelecido na lei maior." No caso, a Constituição Federal é soberana. Ela acabou com o decurso de prazo em seu artigo 66, § 6°, não havendo porque então de se tentar impor uma prerrogativa da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 02.03.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 017

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Doutor Jaime Ricardo Paciornik, Superintendente do Instituto de Previdência do Estado (IPE), no sentido de estudar a possibilidade de manter em funcionamento a Farmácia localizada na Rua Dr. Pedrosa, pelas razões constantes da justificativa.

Sala das Sessões, em 02.03.89.

(a) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

As farmácias do Instituto de Previdência do Estado (IPE), têm prestado um ótimo serviço de grande relevância social aos funcionários paranaenses e seus dependentes. O número de pontos de atendimento até deveriam ser ampliados, para proporcionar mais facilidades aos beneficiários da previdência estadual.

Por isso não se justifica a pretendida desativação da farmácia localizada na Rua Dr. Pedrosa. Ela se destina a desafogar o movimento da unidade central e vem cumprindo seu objetivo. Possui estoque de medicamentos e outros produtos do gênero

sempre equilibrado, não deixando de aviar todas as receitas apresentadas, servindo com todos os artigos procurados. E com preço 21% (vinte e um por cento) mais barato que as farmácias comerciais.

Desta forma é necessário que seja mantida em operação, para que continue a prestar os benefícios para os quais foi implantada. Sua desativação trará, indubitavelmente, prejuízos e transtornos para o funcionalismo. O bom senso recomenda sua manutenção deste ponto e até a ampliação, dada a função social do IPE.

REQUERIMENTO N° 027

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando ao mesmo providências no sentido de que seja encaminhado com urgência, uma viatura policial para o atendimento das ocorrências e dos sucessivos delitos que vêm se repetindo no Município de Campina Grande do Sul.

Sala das Sessões, em 02.03.89.

(a) RAUL LOPES

REQUERIMENTO N° 018

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor José Reinaldo Carneiro Tavares, Ministro dos Transportes, solicitando o recapamento da Avenida Azarias Vieira de Rezende, BR-369, Município de Bandeirantes-PR, que se encontra com buracos em toda sua extensão.

Sala das Sessões, em 02.03.89.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Estado há mais de dois anos, começou a construção do contorno da cidade para desviar o tráfego de veículos pesados do centro da cidade que atualmente encontra-se parado por falta de verbas. Com a previsão do reinício e término da construção do mesmo pelo Estado ultrapassam a cinco anos, a população bandeirantina apela a Vossa Excelência, o Ministro dos Transportes, a liberação de verbas para a recuperação da Av. Azarias Vieira de Rezende, BR-369, que está localizada no centro da cidade, sendo a mesma, responsável diariamente pela passagem de milhares de veículos.

No momento, a Av. Azarias encontra-se em precárias condições de tráfego, motivo pelo qual, a população solicita a sua recuperação do trecho do Estádio do União Bandeirantes (saída para Andirá), até a

Retífica Oda (saída para Santa Mariana), recuperando assim, o lado comercial da cidade.

REQUERIMENTO N° 019

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Ministro dos Transportes, José Reinaldo Carneiro Tavares, solicitando a continuação do asfaltamento da BR-153, que liga o Município de Ventania-PR, à Ibaiti-PR.

Sala das Sessões, em 02.03.89.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de trecho da Transbrasiliana de grande importância, servindo uma boa produção agrícola, facilitando assim o escoamento. Esta rodovia encontra-se em fase de construção bem adiantada, com terraplenagem e obras de artes já em fase de conclusão.

É necessário com urgência e de forma prioritária que a mesma seja concluída. O Norte Pioneiro, celeiro de produção deste Estado, reivindica uma providência urgente.

REQUERIMENTO N° 020

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Secretário dos Transportes, Heinz Georg Herwig, solicitando a continuação do asfaltamento da BR-153, que liga o Município de Ventania-PR, a Ibaiti-PR.

Sala das Sessões, em 02.03.89.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de trecho da Transbrasiliana de grande importância, servindo uma boa produção agrícola, facilitando assim o escoamento. Esta rodovia encontra-se em fase de construção bem adiantada, com terraplenagem e obras de artes já em fase de conclusão.

É necessário com urgência e de forma prioritária que a mesma seja concluída. O Norte Pioneiro, celeiro de produção deste Estado, reivindica uma providência urgente.

REQUERIMENTO N° 031

Senhor Presidente.

O Deputado David Cheriegate ao final assinado, no desempenho de seu mandato parlamentar, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Professor Álvaro Fernandes Dias, e ao Excelentíssimo

Senhor Secretário dos Transportes, Engenheiro Heinz Georg Herwig, solicitando o início das obras da estrada pavimentada que ligará Catanduvas e Ibiracema, distrito local.

Sala das Sessões, em 02.03.89.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Ibiracema, integrado geograficamente ao Município de Catanduvas, vem despontando na economia de toda região pelos elevados índices de produtividade que a agricultura local tem proporcionado.

O Distrito de Ibiracema que, tanto quanto a maioria dos distritos do Paraná, encanta pela gente trabalhadora e ordeira que o habita e fazem patente a ânsia de desenvolvimento, assim como a sua integração à sede do Município, que mais do que um prêmio é um dever do Estado, pelo quanto produz e dignifica o trabalho.

REQUERIMENTO N° 032

Senhor Presidente.

O Deputado David Cheriegate ao final assinado, no desempenho do seu mandato parlamentar, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao ilustríssimo Sr. Diretor-Presidente da Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR, Fernando Xavier Ferreira, solicitando a inclusão no Programa de Instalação de Telefones Diretos, sistema DDD, o Distrito Administrativo de ESPÍGÃO ALTO, no Município de Quedas do Iguaçu-PR.

Sala das Sessões, em 02.03.89.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

O Distrito Administrativo de Espigão Alto integra geograficamente o território de Quedas do Iguaçu-PR.

É servido atualmente apenas de um Posto de Serviço Coletivo, com extensão de ramais.

Obviamente é um serviço limitado, porque, de todas as formas, o usuário está sempre na dependência de um ramal livre para suas conversações. A mesma dificuldade que as pessoas físicas sofrem no uso da telefonia, nas condições em que lhes é oferecida, ressentem-se mais os comerciantes e empresários agrícolas, como sério obstáculo aos seus empreendimentos para o desenvolvimento econômico e social local.

REQUERIMENTO N° 035

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário da Agricultura, Osmar Dias, solicitando os estudos para a permanência de um agrônomo da

Curitiba, quinta, em 02.03.89

EMATER no Município de São Jorge do Patrocínio.

Esta reivindicação se prende ao fato de ser o referido município formado por minifúndios que poderão alcançar maior produtividade com a atuação de quem possa dar a necessária orientação.

Sala das Sessões, em 02.03.89.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO N° 036

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário dos Transportes, solicitando estudos na possibilidade de pavimentação asfáltica de São Jorge do Patrocínio à PR-487, passando pela Vila Oriental e a construção de duas pontes - uma sobre o Rio São João, na Estrada Colina, e outra sobre o Rio Jequitibá, na Estrada São Rodrigues, dando melhores condições ao escoamento da produção agrícola desse novo - porém - progressista município.

Sala das Sessões, em 02.03.89.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO N° 037

Senhor Presidente.

Considerando a importância de se oferecer melhores condições para o ensino ministrado na Escola Estadual São Jorge do Patrocínio, manifesto por pais, professores, pelo Sr. Prefeito Municipal, Cláudio Palosi e vereadores, o Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria da Educação, solicitando a construção de salas de aula no referido estabelecimento de ensino localizado no Município de São Jorge do Patrocínio, para atendimento à direção, secretaria, laboratório e biblioteca.

Sala das Sessões, em 02.03.89.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO N° 038

Senhor Presidente.

Considerando que a população de São Jorge do Patrocínio carece de melhor atendimento médico, especialmente de emergência e tendo em vista a preocupação manifesta pelo Sr. Prefeito Municipal, Cláudio Palosi e vereadores, o Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário da Saúde, solicitando a destinação de equipamentos e recursos para a instalação de um pronto-socorro municipal, em etapa para a municipalização dos serviços de saúde, conforme política consagrada na

Constituição da República.

Sala das Sessões, em 02.03.89.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO N° 040

Senhor Presidente.

O Deputado David Cheriegate ao final assinado, no desempenho do seu mandato parlamentar, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República, José Sarney, ao Excelentíssimo Sr. Ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares e ao Excelentíssimo Sr. Ministro das Minas e Energia, Vicente Fialho, solicitando providências à conclusão das obras da ponte de Ilha Grande sobre o Rio Paraná, em Guaíra-PR.

Sala das Sessões, em 02.03.89.

(a) DAVID CHERIAGATE

JUSTIFICATIVA:

Ao menos em tese, as obras da ponte sobre o Rio Paraná, em Guaíra, estão paralisadas há alguns meses, depois de dispendem do Governo Federal 135 milhões de dólares, e ter-se concluído mais de 70% da sua execução.

Autoridades estimaram que essa ponte depende, hoje, da aplicação de outros 35 milhões de dólares, para a sua conclusão que virá beneficiar um tráfego já existente de 75 mil veículos por mês.

Os representantes do Conselho Paranaense de Livre Iniciativa, da Federação das Associações Comerciais, da Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas, da Associação dos Hospitais do Paraná, da Federação da Agricultura, da Federação do Comércio, da Associação das Empresas da Cidade Industrial de Curitiba, do Instituto Liberal, encamparam também o movimento.

Não obstante o teor do instrumento que se encaminha estamos conscientes de que, somente o apoio firme e convicto de todos os Parlamentares desta Casa poderá essa obra sensibilizar os órgãos públicos federais competentes, de que essa obra é uma obra do Paraná total.

REQUERIMENTO N° 004

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção nos Anais desta Casa, do documento encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República e outras autoridades a nível nacional, pelo Conselho Paranaense da Livre Iniciativa.

Sala das Sessões, em 02.03.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 014

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma do disposto na Constituição do Estado e Regimento Interno da Assembleia Legislativa, REQUER o encaminhamento ao Ilustríssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, do seguinte

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

Tendo em vista a ocorrência de sinistro, na madrugada do dia 23 para 24 do corrente, nas dependências do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN e as informações oficiosas de que teriam sido destruídos documentos de grande valor, para ações penais em tramitação nas Varas de Delitos de Trânsito, para verificação dos delitos de trânsito, etc, assim como para o trabalho por aquele órgão desenvolvido e, considerando a responsabilidade que compete ao Deputado na fiscalização da prática dos atos públicos, solicitamos, pelo presente Pedido, as informações abaixo:

1. Quais os setores do DETRAN atingidos pelo sinistro ocorrido?
2. Quais os documentos contidos nos setores atingidos?
3. Qual o grau de perda da documentação?
4. A documentação atingida pelo incêndio foi microfilmada e guardada em arquivos específicos, com o fim de protegê-la?
5. A quem cabe a responsabilidade da vigilância dos próprios do DETRAN?
6. Qual o número de vigilantes, em serviço noturno, na sede do DETRAN, na noite do sinistro?
7. A atividade de segurança, prestada pelos vigilantes em serviço, era de natureza interna e externa do prédio?
8. Qual o nome dos vigilantes em serviço na data do ocorrido?
9. Quais os funcionários (nomes) responsáveis pelos setores atingidos pelo incêndio?
10. Qual o número e nome dos funcionários que prestavam serviço nos setores atingidos pelo sinistro?

Sala das Sessões, em 02.03.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 043

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, solicita a seguinte informação:

1. Por que o Estado do Paraná não recolhe ao IPE os 3% devidos por lei ao Instituto, enquanto os servidores recolhem 8%?
2. Houve época em que tal percentual foi recolhido?

3. Qual a lei que autoriza se evite o recolhimento?

Sala das Sessões, em 02.03.89.

(a) RAFAEL GRECA

Curitiba, quinta, em 02.03.89

PROJETO DE LEI N° 014/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 004/89

Art. 1°- Fica instituído o Vale Refeição para os servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 2°- Terão direito ao vale, que corresponderá a uma refeição diária, todos os servidores lotados na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

§ 1° - O vale refeição é de uso exclusivo, pessoal e intransferível dos servidores credenciados a recebê-los.

Art. 3°- A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná terá a competência de expedir o vale refeição dentro das normas que serão fixadas através de Decreto Legislativo.

§ 1°- As entidades representativas de classe dos servidores da Assembléia Legislativa poderão firmar convênios com estabelecimentos fornecedores de alimentos, junto aos quais terão validade os vales refeições.

§ 2°- Casa servidor credenciado terá direito a perceber vales refeições até o total de dias úteis de cada mês.

§ 3°- No caso do servidor ser designado para prestar serviços além dos dias previstos no parágrafo anterior, poderão ser fornecidos vales refeições relativos a esses dias.

Sala das Sessões, em 02.03.89.

(a) DAVID CHERIEGATE.

JUSTIFICATIVA:

O restrito quadro de servidores desta Casa tem que atender sem limitações de horários tanto os serviços necessários dos Senhores Deputados, como o do povo de todos os quadrantes do Estado que bate a essas portas precisando encaminhamento urgente de seus problemas.

O trabalho sem se ater à rigidez de horários, que são ultrapassados diuturnamente, dificulta ou mesmo impossibilita o deslocamento à residência para efetuar refeição.

Diante dessa situação ficam os servidores constrangidos a efetuarem alimentação onerosa aos seus níveis salariais em restaurantes ou passam carência não recomendável aos parâmetros humanos.

Nestas condições a concessão de vale refeição, já amplamente utilizado nas empresas estatais e paraestatais, é medida de justiça que seja aprovada.

Projetos de Lei:

Art. 1°- Ficam criadas nos estabelecimentos oficiais de ensino do Estado do Paraná, as turmas especiais de 3ª série do 2º Grau com a finalidade específica de melhor preparo dos alunos para os exames vestibulares.

Art. 2°- Fica autorizada a Secretaria da Educação a regulamentar o funcionamento dessas turmas especiais.

§ 1°- Para o cumprimento do disposto neste artigo, poderá a Secretaria de Educação firmar convênios com a Associação de Pais e Mestres e outras entidades interessadas, bem como criar comissões ou outros órgãos que possibilitem a implantação dessa sistemática de ensino, nos moldes de experiência quinquenária já realizada pelo Colégio Estadual Rio Branco de Curitiba.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.89.

(a) RAUL LOPES.

JUSTIFICATIVA:

São muitas as razões que justificam a criação das turmas especiais da 3ª série do 2º grau em estabelecimentos oficiais de ensino. Relacionamos abaixo algumas dessas justificativas:

01. A maioria dos alunos de 2º grau, que se inscrevem nos exames vestibulares, não está suficientemente preparada pois, como ocorreu nestes dois últimos anos, é muito alta a percentagem dos vestibulandos que não alcançaram a nota mínima (7.000 alunos em 1988 e 6.000 alunos em 1989 tiraram nota zero).

Portanto, são índice de quase 30% de alunos reprovados já na primeira fase do concurso vestibular.

02. Das estatísticas procedidas pela Universidade Federal do Paraná verifica-se que grande parte desses vestibulandos declararam não ter recebido qualquer tipo de preparação especial para esses exames.

03. Ao analisar essas informações, percebe-se que a maioria desses alunos não frequentou os cursos pré vestibulares, principalmente, pela sua situação sócio-econômica e pelos altos custos das mensalidades praticadas por esses cursos especializados.

04. É inegável que muitos estabelecimentos oficiais de ensino, em especial nas grandes cidades do Paraná, possuem amplas condições para ministrar um ensino da melhor qualidade, seja pela capacitação de seu corpo docente como também pelos recur-

tos didáticos e pedagógicos das escolas.

05. É indiscutível, também, que com a atual grade curricular aprovada pelo Conselho Estadual de Educação, de apenas 26 aulas semanais na 3ª série do 2º grau, não é possível oferecer-se um real preparo para o vestibular pois essa turma especial, além de ministrar novos conhecimentos à nível de 3ª série, deverá revisar também os conteúdos essenciais de 1ª e 2ª série do 2º grau, todos igualmente abordados durante a realização de exames vestibulares.

06. Portanto com uma grade curricular de 35 aulas semanais e ainda mais 05 aulas de revisão nos finais de semana, essa turma especial oferecerá é claro, um volume muito maior de informações do que as outras turmas de ensino regular, com apenas 26 aulas semanais.

07. Acrescente-se ao fato de que o ensino ofertado por essa turma especial é feito através de apostilas, portanto todo ele é muito bem planejado e sintetizado. Além disso, a possibilidade de convênios com entidades especializadas nessa forma de ensino, para garantir aos alunos, no final do ano letivo, a frequência aos chamados cursos superintensivos, capacitarão ainda mais os alunos para frequentar os desafios do exame vestibular.

08. Deve-se afirmar, a bem da verdade, que para a Secretaria de Estado da Educação deverão ocorrer poucas implicações ou encargos com o funcionamento dessas turmas especiais. Serão somente 09 aulas semanais de acréscimo e, apenas, em algumas escolas de 2º grau pois nem todas terão possibilidade ou interesse nessa implantação.

09. As Associações de Pais e Mestres estarão diretamente envolvidas nesse processo de implantação dessas turmas, pois tem interesse que os seus filhos matriculados nos colégios oficiais, obtenham, ali mesmo, a preparação adequada para os exames vestibulares.

10. Finalizando, a principal razão é da ordem humana e até de justiça social: Não é humano, não é justo, que a condição sócio-econômica de um aluno o impeça de frequentar um curso superior. Seria até mesmo um desrespeito à Lei Máxima de nosso País, pois é a Constituição Federal que garante o direito de todos à educação.

PROJETO DE LEI Nº 015/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica concedido o Título de Cidadão Honorário ao Senhor CARLOS ANTONIO DE ALMEIDA FERREIRA, pelos imensuráveis serviços prestados ao Estado do Paraná.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.89.

(a) PIRAJÁ FERREIRA.

JUSTIFICATIVA:

A apresentação deste Projeto de Lei que concede o Título de Cidadão Honorário ao Senhor Carlos Antonio de Almeida Ferreira, levado à apreciação deste Augusto Plenário, justifica-se pela sua brilhante atuação frente ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul- BRDE e por inegáveis trabalhos prestados frente à Diretoria, e ao Rotary Club. Atualmente da Presidência do Banestado, vem desenvolvendo a credibilidade do povo paranaense ao nosso agente financeiro, desempenhando eficientemente sua gestão.

PROJETO DE LEI Nº 016/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica declarada de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE DA VILA NOSSA SENHORA DA PAZ, com sede na Rua Divina Providência, 952, no Município de Curitiba.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.89.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores da Comunidade da Vila Nossa Senhora da Paz, sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, organizada exclusivamente para a prestação de serviços sócio-comunitários aos moradores e a comunidade circunvizinha, no Município de Curitiba.

PROJETO DE LEI Nº 017/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica reconhecida de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO LAR DE MENINAS DE FRANCISCO BELTRÃO, sediada na cidade de Francisco Beltrão à Rua Tenente Camargo, nº 1477.

Art. 2º- Revogadas as disposições em contrário esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.03.89.

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

A Associação Lar de Meninas de Francisco Beltrão, entidade assistencial que presta assistência material e espiritual a meninas carentes, vem funcionando, sem in-

terrupções, desde o ano de 1971. A instituição mantenedora - Igreja Evangélica Assembleia de Deus - preocupada com inúmeras meninas desvalidas e desejosa de prestar ajuda efetiva, criou a Associação, oficialmente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas a 17 de maio daquele ano de 1971.

Atende, atualmente, a 25 meninas com escola primária e atividades profissionalizantes, aprendizado de prendas domésticas, creches e hortas.

A medida que se desenvolvia o trabalho da Associação, cresciam as despesas e a entidade passou a buscar recursos externos, dependendo até de ajuda oficial, razão de reivindicar o reconhecimento de Utilidade Pública do Município e, agora, buscando o mesmo agasalho do Poder Legislativo do Estado do Paraná para o que faz a juntada de a) Certidão de Registro da alteração dos Estatutos, na qual figura a data da criação e registro inaugural como entidade; b) declaração de que a entidade não tem fins lucrativos; c) declaração de que a entidade está em pleno funcionamento; d) Relatório circunstanciado de que os membros da diretoria não recebem remuneração e não usufruem de qualquer espécie de lucro ou dividendo; f) cópia dos estatutos sociais da entidade; g) cópia xerográfica do cartão de inscrição no C.G.C.

Assim, atendendo às exigências da lei que ampara esse instituto, rogamos a aprovação do Plenário para o presente projeto que, transformado em lei, reconhecerá de Utilidade Pública essa entidade que há tantos anos presta ingente trabalho à sociedade beltronense.

PROJETO DE LEI N° 018/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado o Município de APARECIDINHA DO OESTE, desmembrado do município de São Miguel do Iguagu, com as seguintes divisas:

"Inicia na foz do Rio Ocoí, seguindo por este até encontrar a foz do Riacho Cedro, subindo por este a sua nascente e deste ponto por uma linha reta e seca em sentido noroeste até atingir a nascente do Rio São João, seguindo pelo Rio São João até encontrar o Rio São Vicente, seguindo por este até atingir o Rio Paraná, subindo pelo Rio Paraná até encontrar o ponto de partida".

Sua área será de 333 km², com as seguintes confrontações:

Ao norte pelo Rio São Vicente, confrontando com o município de Santa Helena. A Noroeste pelo Rio São João, e por uma linha reta e seca e pelo Riacho Cedro, confrontando com o Município de Missal. Ao

Curitiba, quinta, em 02.03.89

Sul, pelo Rio Ocoí, confrontando com a área remanescente do município de São Miguel do Iguagu, e a Oeste pelo Rio Paraná, confrontando com a República do Paraguai.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.89

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

O Distrito Administrativo de Aparecidinha do Oeste apresenta desenvolvimento econômico e sócio-cultural dos mais significativos o que justifica plenamente sua emancipação política, desmembrando-se do município de São Miguel do Iguagu.

A auto-suficiência do Distrito é notória somando-se outras 14 localidades que englobam o futuro Município, com uma área de 333 km² e uma população superior a 10.000 habitantes e mais de dois mil eleitores. Após a formação do Lago Internacional de Itaipu, a população dessas localidades são forçadas a um percurso maior para acesso à Sede Municipal. A mesma dificuldade sente a Administração em estender os benefícios administrativos até o Distrito de Aparecidinha do Oeste. Dadas as condições existentes nada melhor que criar a autonomia administrativa pretendida por esta localidade. Sua economia está baseada na agropecuária, uma alavanca para o progresso e desenvolvimento não só da área em si e do Município como da região, onde atividades são desenvolvidas na agricultura, pecuária e suinocultura além dos estabelecimentos comerciais existentes, inclusive com a instalação e funcionamento na área industrial de uma cerâmica, uma indústria de produtos químicos e uma serraria, além de um entreposto de Cooperativa. A população mostra-se favorável à emancipação, luta iniciada pela empolgação de seu laborioso contingente de trabalhadores que acreditam nesta conquista, direito adquirido ao ali se instalarem e plantarem a semente da esperança no crescimento forjado pelo sacrifício e trabalho de sua gente.

PROJETO DE LEI N° 019/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a ASSOCIAÇÃO DE ARTES MARCIAIS KATÁ SHUBU - DÔ - RYU, com sede e foro em Curitiba.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

De acordo com a lei n. 6.994/78, esta-

mos apresentando o Projeto de Lei que declarou de Utilidade Pública Estadual, a Associação de Artes Marciais Katã Shubu - Dô - Ryu, com sede e foro nesta Capital, cuja sede está localizada à Rua Isaias Régis de Miranda, 3192 no Bairro do Boqueirão, CEP. 81.500 - Fone 276-1156.

Fundada em 22 de outubro de 1986, com suas atividades em perfeito andamento, conforme comprova a documentação anexa, procurando dar toda a assistência estabelecida e, seus estatutos, contando com o apoio incondicional de todo o seu corpo associativo, principalmente de sua Diretoria, tentando sempre desenvolver um trabalho voltado para o bem comum.

A entidade devidamente registrada sob n. 4.952 do Livro A-3 de pessoas jurídicas do Registro de Títulos e Documentos 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Capital - em 25 de fevereiro de 1987.

Seu Estatuto por si só, traduz a elevada significância social da entidade, pois define claramente seus objetivos.

A Associação de Artes Marciais Katã - Shubu - Dô - Ryu, não remunera os membros de sua Diretoria pelo exercício de suas funções; não tem fito lucrativo; não distribui dividendos sob forma alguma e aplica integralmente o superavit, eventualmente verificado em seus exercícios financeiros, na manutenção e desenvolvimento de suas finalidades estatutárias enumeradas em seu bojo.

As razões aqui explícitas nos convencem da oportunidade do presente plano de lei, para a qual solicitamos o apoio dos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu solicitei antes que Vossa Excelência anunciasse o Pequeno Expediente para o Deputado Algaci Túlio, gostaria que fosse feita a verificação de presenças para ver se há quorum, Senhor Presidente, para prosseguimento da sessão.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa deferir e solicita ao Senhor 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Paulo Furiatti) - (Faz a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Respon-

deram à chamada 20 Senhores Deputados. Há quorum para prosseguimento da sessão.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há uma grande preocupação dos servidores públicos do Estado do Paraná com relação ao veto encaminhado a esta Casa pelo Senhor Governador do Estado.

O que nós podemos sentir neste momento é que já se articula um movimento a fim de não dar quorum na sessão de hoje e de amanhã para que este veto que deverá vir ao plenário na sessão de amanhã, venha, conseqüentemente, sofrer o decurso de prazo.

Neste sentido, nós e a nossa assessoria legislativa, desde janeiro temos tido esta preocupação e encaminhamos à Mesa vários requerimentos, alertando inclusive do perigo da Assembléia sofrer o desgaste político por não ter, evidentemente, procurado tomar uma posição em relação a esta situação.

E, assim é que, no dia de hoje, encaminhamos à Mesa requerimento de autoria de vários Deputados, baseado nas seguintes posições:

(Passa a ler o requerimento, fotocópia em anexo).

"Requerimento

REQUER: Convocação de sessão para o dia 03 de março de 1989 e a inclusão, na Ordem do Dia, dos vetos apostos ao Projeto de Lei n. 01/89.

REQUERENTES: Diversos Deputados.

Os Deputados que a este subscrevem, no uso de suas atribuições legais e na forma do disposto nos artigos ns. 72 e 191 do Regimento Interno, entre outros, Requerem:

- Tendo em vista que no próximo dia 05 de março expira o prazo de 45 dias previsto no art. 28, § 5º da Constituição Estadual, para que a Casa examine os vetos apostos, pelo Senhor Chefe do Poder Executivo, a dispositivos do Projeto de Lei n. 01/89;

- Tendo em vista que o art. 191, § 1º, que trata "dos projetos vetados", dispõe textualmente que:

"§ 5º - Com o parecer ou sem ele, se a Comissão não o apresentar dentro do prazo de 10 dias, será o projeto ou parte vetada submetida à discussão única e votação por escrutínio secreto, considerando-se aprovado, se obtiver o voto de dois terços do número total de Deputados e ser, neste caso, enviado ao Governador para ser promulgado".

REQUER: Convocação de sessão para o dia 03 próximo, com o fim de apreciar os vetos apostos ao Projeto de lei n. 01/89, que figurara na Ordem do Dia da mesma.

Sala das Sessões, em 1º.03.89.

JUSTIFICATIVA:

Considerando-se que apenas nesta data, 1º de março, a Assembléia Legislativa inicia o 1º Período Ordinário da 3ª Sessão Legislativa e que as Comissões Permanentes ainda não foram constituídas e, por consequência, ainda não tiveram condições de examinar os processos em tramitação, que demandam em discussão e votação imediata, como é o caso dos vetos apostos pelo Executivo ao Projeto de Lei n. 01/89, cujo prazo constitucional de 45 dias, expira no dia 5 de março.

Considerando que o Regimento Interno é claro e não enseja dúvidas quanto ao disposto no art. 191, que determina a inclusão do processo vetado, com ou sem parecer, na Ordem do Dia e, finalmente que é dever desta Casa cumprir com os compromissos assumidos com aqueles que representam defendendo seus direitos e interesses e que os vetos apostos ao Projeto de Lei n. 01/89, pelo Senhor Governador, se constituem em injustiça e desconsideração para com os funcionários públicos do Estado, que, com seus salários totalmente defasados pela inflação, teriam nos reajustes, propostos pelo próprio Governador, a esperança de melhoria salarial.

É neste sentido que fizemos este requerimento de autoria de diversos Deputados, que está com a Mesa, e que pedimos aos Senhores Deputados que não o assinaram ainda coloquem as suas assinaturas, para que este requerimento seja votado hoje, e conseqüentemente, marcada a sessão plenária de amanhã, para que o veto venha ao plenário, para ser votado pela Assembléia Legislativa.

É este apelo que fazemos à Bancada do PMDB, que hoje veio apenas representada pelo Deputado Nestor Baptista, pela Deputada Irondi Pugliesi, pelo Deputado Paulo Furiatti, Deputado Anibal Khury, Deputado Tadeu Lúcio Machado, e pelo Deputado Orlando Pessuti.

Então, pediria aos companheiros de bancada do PMDB que procurassem rever as posições que possam estar tomando neste momento, atendendo a um apelo do Senhor Governador. É necessário, antes de mais nada, atender o apelo dos trabalhadores que estão com seus salários defasados, que precisam, que já contam com este aumento, que fizeram gastos em cima deste aumento, programaram pagamento de prestações atrasadas, da casa própria, aluguel e outras coisas, em cima do aumento que foi mandado para a Casa, pelo Senhor Governador. Agora, o Governador veta a sua própria Mensagem e nós não vemos aqui a representatividade da Bancada do PMDB para dar condições para que a Assembléia funcione, já no seu primeiro, segundo, terceiro dia, a fim de

Curitiba, quinta, em 02.03.89

votar este veto.

Nós fazemos o apelo, o requerimento está com a Mesa e nós queremos que este requerimento seja votado hoje, tenha quorum na sessão, para que possa ser marcada para amanhã a Sessão Ordinária normal, para que este veto venha ser votado, Senhor Presidente.

É o apelo que fazemos, neste momento, nesta tribuna.

Era isto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados, também a exemplo do companheiro Algaci Túlio, venho a esta tribuna para antecipar algumas colocações a respeito do projeto-veto do Governador. Até por que, em se tratando que amanhã ser outro dia, e receiando que estrategicamente através de uma ação administrativa política, o Governador talvez esvazie a Bancada e nós não possamos votar.

Razão pela qual, parabênizo a nossa bancada de oposição presente aqui, unida e coesa no sentido de fortalecer as aspirações de uma classe sofrida, que vem de há muito pedindo e clamando para que sejam tomadas algumas providências.

É de estranhar, naturalmente, que o Governo após ter concedido corra atrás de sua Mensagem para votá-la e de estranhar, ainda quando, em ato contínuo algumas posições isoladas de alguns Deputados em jornais, tão logo se tomou conhecimento lá pelo dia 25 de janeiro, manifestando repúdio, revolta, da atitude do Governador. O Governador, através de um Secretário torna público no jornal "Curitiba Hoje", de 02 de fevereiro: "Governo repensa veto e fala em pagar os 39%.

O Governador Álvaro Dias lembra que o veto ao aumento de março ao funcionalismo público estadual foi apenas uma estratégia para evitar maiores problemas caso não fosse possível o pagamento da segunda parcela do reajuste. A explicação foi dada por um Secretário, grande amigo nosso.

Mas, venho aqui em nome da minha querida Corporação, Polícia Militar, aflita, tensa, porque o que foi concedido no Projeto n. 01/89, em janeiro, não foi aumento, foi reajuste salarial. Vejam bem, reajuste, digo, reposição salarial, tamanha é a defasagem daqueles companheiros e naturalmente de toda a gama do funcionalismo público deste Estado.

Recebemos, como quero crer, de todos os companheiros, pedidos em forma de Comissão, outros por escrito, de determinadas entidades corporativistas, representantes de quadros de funcionários públi-

cos. Razão pela qual antecipo a minha posição nesta Casa, porque receio, como disse, que amanhã não haja expediente pelo esvaziamento da bancada do Governo.

Razão pela qual, prezados companheiros e prezado Presidente, é quase certo que este veto vai se manter, mas é lastimável, porque basear-se no "plano verão" é balela, é mentira. Não existe. A situação "não é por aí" para argumentar e tomar uma posição.

De sorte que, companheiros, venho e peço o apoio de todos da nossa querida bancada, porque, como disse o Deputado Algaci, já assinei, como tantos outros irão assinar também, para que fique patente, manifestado e escrito o nosso voto de protesto contra essa posição do Executivo.

Não vou permitir a ler aqui os manifestos da Sociedade do Clube dos Oficiais, representado pela sua entidade maior, como também do Sindicato dos Agentes Fiscais de Tributos Estaduais. Vejam vocês, homens que conhecem, que trabalham, manipulam todo o processo orçamentário do Governo e atestam com comprovações como naturalmente levaram ao conhecimento de todos os companheiros, que não é procedente o que realmente está sendo argumentado, discutido, para sensibilizar o motivo do veto, razão pela qual, companheiros, registro com veemência o meu protesto em cima desta posição tomada pelo Governo, é deveras lamentável.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Deputado Edmar Luiz Costa, com a palavra.

Horário do Pequeno Expediente. No Grande Expediente não há oradores inscritos. Horário das Lideranças.

Tem a palavra o Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, credibilidade foi a palavra síntese com que Sua Excelência, o Governador do Estado do Paraná pretendeu definir a conduta ética do político e do administrador. Pois bem, não há componente mais sério para que um homem público, com a estatura e com a dignidade que deve ter, um homem com essa característica não tenha um requisito fundamental, que se chama coerência, que tenha sempre a mesma palavra e sobre tudo, que honre tudo aquilo que escreve e aquilo que assina.

Pedi o Governador do Estado, ontem, aos seus Deputados, do seu Partido e ao povo do Paraná, que os homens públicos do Paraná se comportassem dentro do critério da credibilidade; mas ele mesmo, o Governador, que em dezembro manda para esta Assembleia um pedido para fazer a reposição salarial do ano de 88 e pagar as famigeradas

das URPs que devia ao funcionalismo, relativo ao exercício findo, o mesmo Governador que requer credibilidade na tribuna, de público, diante do Parlamento Estadual, manda um outro pedido, dizendo: "a minha palavra não vale mais nada, não posso dar mais a reposição salarial de 1988 por causa do plano cruzado que surgiu dia 15 de janeiro de 1989". Plano verão, me diz o Deputado Rafael Greca. Lamento discordar de Sua Excelência, este é o plano engodo da Nação brasileira, este é o plano vergonhoso e eleitoreiro, mais traíçoeiro para o País do que o próprio plano cruzado, porque pelo menos, Deputado Rafael Greca, no primeiro mês do plano cruzado houve uma deflação, da ordem de 2% a menos na inflação brasileira. E no Brasil, o que o assalariado verifica, é que a inflação real de janeiro de 89, superou a 70%.

No mês de fevereiro, os índices oficiais dão uma inflação de 3,4%. O DIEESE, a Fundação Getúlio Vargas, o IBGE, já apontam uma inflação verdadeira, para o mês de fevereiro, superior a 11%.

E isto pesa no bolso do assalariado, enquanto que enriquece os capitalistas que ganham mais de 50% em aplicações na Bolsa de Valor, ou enriquece aqueles que sugam o suor e o sacrifício do povo brasileiro, quando se exige em Banco Oficial, Banco particular, o pagamento de juros da ordem de 30% ao mês.

Onde está a credibilidade, Senhor Presidente, Senhores Deputados? Qual é a credibilidade, inclusive, desta Assembleia Legislativa, Senhor Presidente?

Eu peço e faço um desafio ao Presidente Anibal Khury, desafio que faço a Sua Excelência, com o respeito que lhe tenho, com a admiração de que há nós construímos juntos; de que Vossa Excelência, Deputado Anibal Khury, honre aquilo que assinou num Decreto Legislativo, nesta Casa, ao lado dos outros ex-componentes da Comissão Executiva, determinando por ato da Mesa, que se respeite a Constituição Federal.

É um Decreto deste Poder, Senhores Deputados, porque, a rigor, o nosso Regimento Interno, elaborado pelos idos de 1949, estabelece um rito diferente e especial para a votação dos vetos governamentais deste Plenário. A Constituição com a última reforma ocorrida em 1978, estabelece de uma forma diferente.

Temos, portanto, Senhor Presidente, um conflito entre o que diz o Regimento Interno em alguns artigos, entre os quais, o 191 citado pelo Deputado Algaci Túlio, e o que estabelece a Constituição Estadual, a moribunda Constituição do Estado do Paraná.

E aí surge o caminho que a sabedoria e a experiência de Vossa Excelência, Deputado Anibal Khury, deve ter contribuído.

Como estávamos em recesso parlamentar, a Assembleia decretou que todos os atos administrativos, processuais ou de votação em Plenário, seguissem o rito estabelecido pela Constituição Federal.

Pois bem, o que diz a Constituição Federal? A Constituição Federal que não deve ser rasgada, segundo o Presidente do PMDB, que trair a Constituição segundo Uliases Guimarães é trair a Pátria.

Pois bem, diz a Constituição Federal tratando dos vetos, que é a matéria que traz hoje, a Oposição em Plenário e que retira a Bancada do Governo dos seus ilustres assentos nesta Casa. Diz a Constituição Federal no seu Parágrafo Sexto, no Artigo 66:

"Esgotado, sem deliberação, o prazo estabelecido no Artigo 66, parágrafo 8º, o veto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobreestada, Senhor Presidente, todas as demais proposições até sua votação final, ressalvadas as matérias que trata o Artigo 72, parágrafo único".

Pois bem, esta é a primeira Sessão Plenária deste Poder Legislativo, após a comunicação do veto do Governador Álvaro Dias, que, ontem, nesta Casa, defendeu o endividamento externo, a política de exportação, quase que como fosse um verdadeiro "enfat gatê", do ex-Ministro Delfin Neto. Pois bem, o Governador quer sonegar do funcionalismo público a sua pobre reposição de 39% do ano passado, Senhor Presidente só vai ter o veto apreciado por esta Casa quando, Senhor Presidente? Quando estabelecer o rito do Regimento Interno de 1949, que não foi adaptado depois da Constituição, da Reforma Constitucional de 1968? Ou nos vamos fazer valer, Sr. Presidente, a palavra da Comissão Executiva, dizendo que este Poder, que é o Poder que deve respeitar a Lei e que deve dar o exemplo maior de cumprimento à Constituição! Se nós vamos, efetivamente cumprir a Constituição Federal e colocar, Senhor Presidente, hoje e não amanhã, hoje, Senhor Presidente, em votação o veto de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, veto do Álvaro Dias, Governador que ontem prometeu e que hoje nega aquilo que assinou.

Por isso, Senhor Presidente, é que peço a Vossa Excelência, que respeitemos a Constituição Federal! Respeitemos o Decreto da Comissão Executiva e façamos a votação do veto do Governador do Estado. As reposições salariais ocorridas em 88, nesta primeira sessão após o recebimento do ofício e do veto do Governador.

É um apelo que faço e ao mesmo tempo é o primeiro desafio que lanço à Presidência de Vossa Excelência. Vossa Excelência disse-me Senhor Presidente, antes do processo de votação que ia fazer deste um Poder Au-

tônomo, independente, que respeitasse os outros poderes, mas, que soubesse definir os seus próprios caminhos.

"Quem sabe faz a hora, Senhor Presidente, diz a canção popular, a hora é agora, vamos votar o veto do Governador, vamos dizer ao povo do Paraná que este é um Poder independente e sobretudo, vamos dar oportunidade até à valorosa Bancada do PMDB, para que pelo menos eles mantenham a credibilidade pública, já que o Governador do Estado não mantém a sua própria palavra e não honra a sua própria assinatura.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Com a palavra a representação do PDC.

Com a palavra o Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente. Senhores Deputados.

Ratificando as palavras dos Deputados Algaci Túlio e Luiz Alberto Oliveira, o PDC lamenta profundamente que a estratégia estabelecida pelo Excelentíssimo Governador do Estado, Álvaro Dias, para massacrar ainda mais o funcionalismo público do Estado do Paraná, tenha sido o de determinar a retirada da Bancada do PMDB do Plenário da Casa, para que não haja número durante as sessões de hoje e de amanhã, e se forem convocadas sessões extraordinárias para sábado e domingo, a fim de que o famoso veto que atingiu os 39% que deveriam ser pagos a partir deste mês, seja aprovado pelo decurso de prazo.

O funcionalismo público do Estado do Paraná e o povo do Paraná, através dos acontecimentos a partir de hoje nesta Casa, dos registros que serão feitos pela imprensa, saberão que, infelizmente, temos a chefia do Poder Executivo Estadual entregue a uma pessoa que nem mesmo a assinatura tem valor. Afirma-se que os 39% aprovados em dezembro devem cair em função de um fato novo, que é o Plano Verão de 15 de janeiro, é no mínimo uma contradição quem nem uma criança de escola primária poderia fazer. Os 39% não são reajuste, nem antecipação de salário, é a reposição daquilo que foi perdido pelo funcionalismo público durante o ano de 1988. Significa que o Governador do Paraná e a imprensa já abordou em alguns órgãos hoje -, que quando ele mandou a mensagem a esta Casa em dezembro do ano passado, já pensava de um modo ou de outro em não pagá-los.

Recordo-me que às vésperas da votação final do aumento do funcionalismo, eu, conversando com o Deputado Nereu Massigan, alertava que o melhor caminho era aprovar tudo, numa só etapa de 139%, porque a imprensa nacional dava conta da vinda de um "pacote" a qualquer momento e o pacote poderia, como de costume, atingir

todos os trabalhadores e principalmente o funcionalismo público do Estado do Paraná.

O PDC protesta e manifesta o seu ponto de vista, votará e estará em plenário hoje, amanhã e se for necessário sábado e domingo, para votar contra o veto do Senhor Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto a Liderança do PFL se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, os discursos e as palavras proferidas pelos eminentes Parlamentares Edmar Luiz Costa, Líder da Bancada do PDC nesta Casa e de Luiz Alberto Oliveira se identificam com o que manifestaram e manifestam as bancadas de Oposição e os seus integrantes, que subscreveram documentos, encaminharam à Mesa neste sentido, o de em suma, pedindo providências no sentido de que o veto do Senhor Governador em relação à Lei de vencimento dos funcionários públicos do Estado seja incluída na Ordem do Dia de hoje ou amanhã, mas que não se permita que por decurso de prazo a Assembléia não discuta na sua profundidade o que argumenta o Senhor Governador ao vetar os 39% que seriam pagos agora aos funcionários, conforme Mensagem e projeto de sua autoria votado por esta Casa.

Na verdade não há como discordar dos Deputados Edmar Luiz Costa e Luiz Alberto Oliveira quando, de Constituição Federal nas mãos, e sobre a Mesa o Decreto Legislativo n. 281/88, não há como discutir a matéria sem fundamento na Constituição vigente.

Mas, nós esperamos que o discernimento e a inteligência do Senhor Presidente da Casa, sem dúvida alguma, juntamente com a Mesa, vai dar a solução legal, viável e oportuna.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputado minha presença neste momento na tribuna tem um objetivo principal de comunicar a esta Casa que por deliberação da nossa Bancada, da Frente Liberal, passa, a partir de hoje, a assumir a Liderança nos trabalhos da Assembléia Legislativa, como também em todo o processo constitucional o ilustre Deputado Antônio Costenaro Neto, que pode emprestar à nossa Bancada e a mim pessoalmente, como vice-Líder, o seu trabalho, a sua presença constante nesta Casa no último período e a ajudá-lo, por convite do ilustre Deputado Costenaro, o Deputado João Arruda será o vice-Líder da nossa Bancada.

Quero também ao desejar ao Deputado Costenaro e ao Deputado João Arruda feli-

cidade, êxito, neste período difícil e de muito trabalho neste Poder em função especialmente de todo o processo constituinte, eu quero também oferecer os nossos modestos préstimos, colocá-los à disposição dos novos líderes nesta Casa em todo o período e o tempo em que aqui estiver, da mesma forma que reiterar os meus agradecimentos à colaboração emprestada a cada um dos integrantes da nossa Bancada.

De outra forma não podia também deixar de registrar, Senhor Presidente, o meu mais profundo agradecimento aos funcionários que compõem o gabinete da Liderança do nosso Partido, especialmente ao Dr. Antônio Claret de Rezende, advogado, jornalista que sem dúvida alguma foi quem deu a sustentação principal ao nosso gabinete pela sua vasta cultura e pela dedicação que tem às coisas que são afetas a esta Casa, especialmente, à nossa Bancada; o Dr. Marcelo Pupi, também suplente de Deputado Estadual, nosso funcionário dedicado, presente, inteligente e também a Ana, nossa datilógrafa e auxiliar presente e constante nesta Casa. Não poderia também deixar de fazer um registro muito especial de agradecimento à colaboração que nos foi sempre prestada por um funcionário desta Casa, o Professor Roberto Novaes, que em várias oportunidades, não só este Deputado, como integrantes da Bancada recorreram ao Professor Novaes na busca de colaboração, de contribuição, já que esta Casa conhece o Professor Roberto Novaes, não só na condição de jornalista, advogado, mas de Professor universitário, de cultura vastíssima, e que esta Casa não pode prescindir da sua participação. E por último a Imprensa, sem a qual nós aqui não existiríamos.

De que serviriam as nossas palavras, as nossas atitudes nestas quatro paredes se não houvesse a Imprensa a transmitir, a informar e a fazer a opinião pública. E neste aspecto até de informação de opinião pública, Senhor Presidente, ao encerrar as minhas palavras que são todas de agradecimento à Administração desta Casa, ao ex-Presidente, ex-Secretário, atual Presidente da Casa, 1º Secretário, por tudo que nos atenderam, quero também - e cumpre-me este dever e obrigação de dizer que voltarei na próxima semana nesta tribuna para dar alguns esclarecimentos e, além de esclarecimentos, dizer alguma coisa sobre o Poder Legislativo que conheço há 18 anos.

Estou na 5ª legislatura, fui Vereador, fui candidato a Prefeito de Nova Esperança duas vezes, fui Secretário da Prefeitura de Nova Esperança, em 1956 e 1960. Tenho algumas coisas para falar já que eu fui envolvido e arrolado como um dos líderes do nepotismo nesta Casa, quero dizer

que voltarei na próxima semana não para me desculpar, mas para dizer realmente o que acontece em meu gabinete, na minha vida e na minha política. Parlamentar de 18 anos, não admito que o meu nome seja jogado em 3 linhas de um jornal qualquer, por respeitável que seja, sem que eu lhe dê a devida resposta e informe o povo do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Soma-se à Bancada do Partido Democrático Trabalhista a preocupação das oposições que eu imagino devesse ser também a preocupação da Bancada do Governo que, se não está na Assembléia, talvez esteja em Palácio tentando dobrar o "príncipe".

É tudo um problema de ambigüidade. Tinham os romanos antigos uma deusa para o mês de janeiro, era Jano - que era bifronte, ou seja, em português mais ordinário: era deusa de duas caras. A deusa de janeiro olhava para o passado e olhava para o futuro, não tinha nuca, tinha apenas duas caras: a de olhar para o passado e a de olhar para o futuro. Devoto deste ídolo pagão que é o dinheiro, com certeza o Governo do Paraná, dedicou a Jano a deusa de duas caras, o seu ato de veto da reposição salarial, devida aos trabalhadores no mês de dezembro, fazendo com que o ato do Presidente da República promulgado em 15 de janeiro, revogasse a reposição salarial do devido no mês de dezembro.

Surrealismo puro, puro surrealismo. Talvez a homenagem do Governador Álvaro Dias ao pintor espanhol Salvador Dali que morreu no dia em que ele vetou a sua mensagem. Que vergonha para a Espanha, que vergonha para os surrealistas do mundo todo! Que vergonha para Salvador Dali! Álvaro Dias é o "Salvador" daqui. Pobre idéia a nossa, a de termos um Governo que fala em aurora cada vez que se aproximam as eleições. Ontem terminava Sua Excelência, o seu discurso, dizendo: "Em 15 de novembro abre a aurora de um tempo novo". Nós ficamos sempre duvidando se é a aurora do amanhecer de um novo tempo, esta que é dada à função solar de iluminar os caminhos ou é a Aurora Pesquisa, da predileção dos sofistas do Palácio.

Vi a aurora ontem no crepúsculo do discurso do Governador e vejo agora, sombra, erro, omissão, vergonha, surrealismo na decisão de se vetar a reposição salarial devida em dezembro a partir de uma medida econômica federal tomada em janeiro.

A Mesa não pode adotar a Constituição

Curitiba, quinta, em 02.03.89

velha do Paraná. O Presidente Anibal Khury não pode adotar a Constituição velha do Paraná, porque no dia 5 de outubro de 1988, com o Presidente Antônio Annibelli, assinou o Decreto Legislativo nº 281/88, que diz o seguinte: "Enquanto não se concluir a Nova Constituição do Paraná, todas as decisões da Assembléia Legislativa do Paraná, far-se-ão pela letra da Constituição de todos os brasileiros, promulgada em 5 de outubro de 1988". Ora, se na Constituição Federal está escrito que já não há decurso de prazo, que já não há arbítrio, quebre-se a face de Jano que olhava para o passado e vamos olhar para o futuro.

Falava ontem o Deputado Anibal Khury em ídolos de autoritarismo que precisavam ser quebrados. Quebre-se esta Jano detestável que sufoca o orçamento familiar dos funcionários. Não é mais possível que se preste adoração ao totalitarismo do principado que se extingue e vive os seus extertores. O Prefeito da cidade, Doutor Jaime Lerner, mesmo depois da promulgação do Plano Verão, manteve as reposições salariais devidas aos funcionários. Deu uma reposição em janeiro e dará outra em fevereiro: dane-se Sarney! Dane-se o dito Plano Verão, mesmo porque duvidamos todos, e sobretudo, duvidamos que seja a remuneração devida ao trabalho a raiz da inflação. Senhor Presidente. Senhores Deputados, o ídolo que olha para o passado e para o futuro, não serve ao Brasil. Nós devemos tirar lições da História, mas nós devemos ter uma cara só, como nós devemos ter uma assinatura só e nós sabemos ser o Presidente da Assembléia um homem honrado e nós queremos que o Decreto nº 281/88 valha hoje e valha sempre até que a Nova Constituição seja promulgada.

Nós quiséramos também todos os Deputados do PMDB com assento nesta Casa, hoje aqui discutindo conosco. Não é aqui a esquina da contradição, não é aqui o espaço da discussão? Lamento que não estejam. Talvez não tenha eu toda a verdade, porque sei que vale o que disse Sêneca: "Ad verum non satis unis pinio", "para a verdade não basta a opinião de um só", mas sei da minha opinião e da opinião dos Deputados da Oposição e da opinião dos funcionários públicos todos do Estado, que há uma campanha, tentando colocar nos ombros dos trabalhadores das funções públicas, e com respingos nos ombros dos trabalhos que desenvolvemos, os próprios Deputados, as culpas dos males da Nação.

Cortina de fumaça para evitar real discussão das contradições entre capital e trabalho, das contradições entre injustiça e justiça, que há muito tempo infelicitam este País.

Revogue-se o surrealismo, revogue-se a idéia fantasmagórica do Governador desdi-

zer o que tinha dito, despropor o que tinha proposto, vetar o que houvera escrito e sobretudo, negar a reposição que no passado era devida, porque num tempo adiante, o príncipe maior, esse turista internacional que vai de funerais a celebrações, passa pelo Caribe para se bronzear, porque talvez não fique bem - agora foi ao Japão, era gelido, vai a Trinidad Tobago, às ilhas do Caribe para se bronzear, porque talvez não fique bem a Sarney aparecer na Europa sem a cor morena dos ditadores tropicais. Revogue-se depressa o arbítrio. Tem pressa a Nação, tem pressa a parte da Nação que é o funcionalismo público do Estado e temos pressa nós, os que sufragamos o Presidente Anibal Khury em ver o seu autógrafo no Decreto n. 281/88 valorizando e honrando, como sempre o Paraná soube de Sua Excelência, ser prática e uso.

Que venha o PMDB e mantenha o veto com o coragem e com a cara só que nos deu o Deus onipotente, o Deus dos cristãos, porque não queremos entre os paranaenses esta figura dos deuses pagãos com as duas caras que olham para o passado e para o futuro, porque na verdade, são caras caolhas que não olham para lugar nenhum.

Era isso.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Vossa Excelência permite-me um aparte?

(Assentimento).

Não quis interromper o brilhante pronunciamento de Vossa Excelência anteriormente, mas já que Vossa Excelência faz a citação de uma figura mitológica romana, citação aliás, que Sua Excelência, o próprio Governador Álvaro Dias fez em pronunciamento, onde afirmava que deveria ser um político de uma face só, nós estamos verificando que Vossa Excelência cita a deusa romana...

O SR. RAFAEL GRECA - A deusa de Janeiro...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - A deusa de Janeiro, exatamente enquanto que o Governador Álvaro Dias em um dos seus pronunciamentos que a imprensa já publicou, também fez essa citação, só que Sua Excelência o Governador, dizia que nunca faria como a figura mitológica romana. Ele seria um político de uma face só. Pois bem, seja nobre Deputado Rafael Greca, enquanto Sua Excelência o Senhor Governador Álvaro Dias manda para os ombros da Assembléia Legislativa e até, me perdoe a expressão eminentes Deputados da Bancada Governista, o difícil encargo de vetar 39% ao mesmo tempo, a outra face do Governador Álvaro Dias, no mesmo mês da figura que Vossa Excelência cita do mês de Janeiro, Sua Excelência o Governador Álvaro Dias faz um au-

mento para os cargos em Comissão que abundam nas secretarias de Estado e nos palácios, do Governo peemedebistas do Paraná.

O Governador Álvaro Dias mandou dar aos homens, que ocupam os cargos de confiança, não para os servidores públicos, não àqueles que têm 20, 30 anos de vida dedicada ao serviço público.

Mandou dar aos seus apaniguados políticos, àqueles que ocupam cargos em Comissão, um aumento além da verba de representação que era anteriormente de 100%, de 128%, aumentando em consequência, após a aprovação do Plano Verão o salário dos homens de confiança do PMDB, especialmente aqueles que foram derrotados nas últimas eleições, e que agora estão sendo aproveitados por Sua Excelência o Governador Álvaro Dias, em cargos como Diretor do Ipê, Diretor de Secretarias, diretores de autarquias, que Sua Excelência diz que acabam mas que verificamos no Diário Oficial, que, permanentemente, diariamente, novos diretores estão sendo nomeados.

Veja Vossa Excelência, que aí está a verdadeira face do Governador Álvaro Dias, a verdadeira face de um Governador que tem ódio do funcionalismo público, que coloca a polícia para surrar professores, e que ao mesmo tempo, aumenta a representação dos seus apaniguados políticos.

O SR. RAFAEL GRECA - Só para responder o aparte, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, obrigado pela liberdade, suas palavras só reforçam a minha certeza, que eu queria que fosse uma dúvida, tenho esperança que se transforme em dúvida, talvez na sessão de amanhã com a presença do PMDB em plenário, de que nós ainda, mesmo estando em março, que já é o mês do "deus da guerra", do viril "deus da guerra", nós vamos permanecer este 5º ano do Governo Sarney, ainda sob o império de "Jano Bifronte" a das duas caras.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PL com a palavra.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ficou muito claro no pronunciamento apresentado pelo Deputado Rafael Greca, como também dos pronunciamentos anteriores, o propósito de buscarmos uma solução, a mais urgente possível, para este episódio lamentável na vida do funcionário público do Estado do Paraná, que foi o veto apostado pelo Sr. Governador à reposição salarial correspondente a 1988.

Chamou-me à atenção, por outro lado, a ênfase dada pelo Deputado Luiz Alberto Oliveira, ao pronunciamento do Sr. Governador, ontem acontecido nesta Casa de

Na soma das manifestações, podamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazer uma reflexão, e dizer que, realmente, não é o momento de pensarmos em divergências partidárias ou fidelidade incoerente; mas ouvirmos a voz do próprio Governador do Estado e buscarmos, através da credibilidade que deve ser cultivada por todos nós, o caminho que venha a corresponder aquele que é desejado pelos servidores públicos que estão do nosso lado, tornando viável o crescimento deste Estado, dando condições para que os poderes constituídos venham a cumprir com as missões estabelecidas nas legislações competentes.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Partido Liberal associa-se com as bancadas que se manifestaram preocupadas com a urgência em se definir este quadro, dando assim ao servidor público a certeza de que o seu trabalho está sendo devidamente valorizado, no momento em que lamentavelmente estão sendo colocadas as classes trabalhadoras brasileiras em situação de quebra total, até para a aquisição dos elementos fundamentais, essenciais, para a própria sobrevivência sua e de seus familiares. Que esta Assembléia Legislativa, que em tantas ocasiões deu exemplo à Nação brasileira, neste episódio também demonstre a maturidade no trato desta questão. Não podemos nos furtar de fazer justiça. Devemos, todos, sermos encontrados engajados nesta luta em favor da valorização do trabalho. Sim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, defendendo o direito dos trabalhadores da área pública a terem a sua justa remuneração.

Não estamos indo contra quem quer que seja. Contra o Sr. Governador? Absolutamente. Estamos sim, defendendo um direito à sobrevivência digna, inerente a todos os seres humanos.

O SR. PRESIDENTE (Aribal Khury) - Com a palavra a representação do PT, Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, demais presentes a esta primeira sessão de trabalho desta Legislatura, deste período de 1989.

Primeiramente quero congratular-me com todos os que ocuparam esta tribuna nesta manhã, manifestando a apreensão de uma preocupação que não é uma preocupação dos que me antecederam nesta tribuna, mas é a preocupação sincera da maioria dos paranaenses, neste momento, pois sem a máquina pública, sem os funcionários públicos, o Estado não funciona. Então, todos os paranaenses estão preocupados e, certamente indignados se tornarão quando souberem do comportamento que estão tendo muitos que

Curitiba, quinta, em 02.03.89

foram eleitos pelo voto popular, pelo voto da discussão política e pelo voto do compromisso.

Não precisamos neste momento entrar no mérito da discussão, ora polemizada nesta tribuna parlamentar. O mérito do veto ou não, acho que não há necessidade de colocarmos em discussão aqui.

Há dois meses atrás estávamos discutindo menos ou mais reposição para os servidores públicos do Paraná neste mesmo Parlamento.

Naquela época, só retomando a história, a bancada majoritária nesta Casa defendia a proposta ora vetada. As bancadas de oposição defendiam e votaram autenticamente, defendendo uma reposição maior que corrigia o desgaste, a corrosão salarial do ano de 88. Mas, não fomos ouvidos e o voto majoritário nesta Casa, o voto governista, aprovou 100%; naquela época e mais 39% a partir de março. Agora, o que será que aconteceu com Sua Excelência o Governador do Estado que não concorda mais com a proposta que ele subscreveu?

O que aconteceu, Sr. Presidente, Srs. Deputados com a bancada governista, com a bancada majoritária?

O que aconteceu que agora de uma hora para outra muda de posição e se posiciona contra aquilo que eles defenderam e votaram? Será que chuparam limão e amanheceram de cara azeda? O que acontece, Sr. Presidente, Srs. Deputados?

Não quero trazer de volta o mérito desta lei que nós não aprovamos. Mas, quero trazer de volta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a dignidade deste Parlamento que está sendo questionado agora.

Quero trazer de volta à discussão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a autenticidade e a "pureza" manifestada nas despedidas do nosso ex-presidente deste Poder.

Eu quero ver a dignidade que não está no Executivo, que não está na pessoa de sua Excelência o Governador do Estado. É preciso que este Parlamento afirme e reafirme a sua dignidade e a sua pureza para amanhã ou depois a sociedade não responda a este Parlamento e a estes Parlamentares que aí estão, que este Parlamento também não é puro, não é digno de representar a sociedade paranaense, não é digno de representar os servidores públicos do Estado do Paraná.

Por isso, Sr. Presidente, Suas Excelências nobres Deputados, eu faço um apelo, reitero aqui um apelo já pré-estabelecido, pré-dito pelo Deputado Algaci Túlio, Deputado Raul Lopes, Deputado Luiz Alberto Oliveira, Deputado Ezequias Losso, Deputado Basílio Zarusso, Deputado Edmar Luís Costa: queremos amanhã, Sr. Presidente, Srs. Deputados, amanhã temos que votar o veto. Se a maioria quiser derrubar o veto

do Governador que o diga de público. E se a maioria quer manter o veto, quer manter a subserviência deste Poder ao Executivo, se a maioria quer dizer que este Poder não tem dignidade de decidir por si, então que o faça, mas que o faça de público, e que não faça como avestruz que esconde a cabeça! Não adianta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós escondermos a cabeça, porque o ano que vem o povo do Paraná nos pegará e não precisa nos pegar pela cabeça, mas nos pegará se neste momento nós escondermos a cabeça, vamos nos omitir e vamos deixar de tomar uma decisão que interessa para quase 200 mil famílias de paranaenses, que são os servidores públicos do Paraná!

Reitero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em nome do nosso Partido, do Partido dos Trabalhadores, queremos convocação de sessão para amanhã, para depois de amanhã, para domingo, se for preciso, mas queremos convocado e na Ordem do Dia o veto, com Parecer ou sem Parecer, mas queremos que este Plenário aprecie e diga aos funcionários públicos do Paraná qual é a posição deste Poder e qual é a compreensão que este Poder tem com os funcionários públicos do Paraná.

Era isso, Sr. Presidente, era isso, Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) -

Esta Presidência anuncia, com satisfação, a presença dos Prefeitos de Jardim Alegre, Abdo Abbi; de São João do Ivaí, Ivens Simão e de Jundiá do Sul, Walter Abbas.

Consulta à Liderança do PSDB se fará uso de seu horário.

Com a palavra, o Deputado Nereu Massignan.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A mim não me surpreende termos que discutir a eficácia ou não da Constituição Federal que não tem a vida, ainda de uma gestação humana, mas que neste período, tão pequeno, já começa a receber da sociedade brasileira o descrédito, porque a eficácia constitucional, e se firmou jurisprudência neste País, vale para o Governo, quando é do interesse do governo, e quando não é do seu interesse, valem as constituições estaduais, velhas, autoritárias, antigas! Valem as leis complementares que complementou o regime derrubado, a partir da nova Constituição! Valem os regimentos arcaicos, valem as resoluções esquecidas nos porões daquele regime esquecido e revogado pela Ordem Constitucional!

Essa jurisprudência do vale, não vale, vale ao Governo quando lhe interessa, não

vale quando não lhe interessa, faz deste livro, que já tem seis milhões de exemplares publicados pelo Congresso Nacional, a letra morta, o enterro da esperança, a desagregação do ideal!

Estamos aqui, pensando, o que acontece nesta Casa. Os mais cruéis conspiradores nunca dizem: "- vamos cometer uma traição." Não acredito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nesta Casa existam conspiradores silenciosos, dispostos, sem o anúncio, sem dizer, dispostos a cometer a traição, a dupla traição, de não cumprir a Constituição e de não votar o veto do Sr. Governador! Não acredito! Não acredito que aqui esteja se armando o colegiado dos conspiradores. Acredito sim, que nesta Casa exista o colegiado dos representantes do povo, mas, acima de tudo, de Deputados, de cidadãos, que têm o compromisso do respeito à Constituição.

Eu dizia uma certa ocasião num debate com o meu ilustre companheiro de bancada Raul Lopes, que a sociedade não aceitava mais e isto logo depois da promulgação da Constituição, que a sociedade não aceitava mais esperar que esta Constituição de tantas e tantas interpretações, vacilações, omissões, não. Eu acreditava dentro daquela perspectiva que é obrigação de todo o homem a ter um ideal, de sonhar na utopia, que pelo menos nós enxergássemos o caminho da utopia, a partir do crédito desta Constituição.

E este caminho da utopia, esta luz do sonho só será possível quando aqui para tratar destes assuntos sérios da Assembléia, não existam cadeiras vazias, e conseqüentemente, a ausência do debate. Não.

Este sonho, esta utopia deve se concretizar pela responsabilidade que temos de fazer com que o livro dos brasileiros seja a grande verdade, já que aqui no Paraná, no primeiro dia do Governo foi decretado que aqui só valia a verdade. A maior verdade é a Constituição. Sem a Constituição nem a verdade prevalece porque vem o obscurantismo, a perseguição, a prepotência, o arbítrio, vem o comando do poder único.

E esta Assembléia não aceita isso.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Vossa Excelência permite-me um aparte?

Assentimento.

Deputado Nereu Massignan, apenas para aduzir ao raciocínio lógico de Vossa Excelência, um outro. Votamos no final do ano passado, em dezembro, matérias de interesse do Poder Executivo Estadual, especialmente aquele rol de modificações feitas na tributação Estadual e nas taxas de retribuição dos serviços públicos prestados ao Estado do Paraná.

Pois bem: o que Sua Excelência o Go-

governador do Paraná que prometeu neste Estado estabelecer a verdade e que exigiu dos paranaenses lealdade aos compromissos assumidos, e parece que Sua Excelência o Governador do Estado não está sendo muito leal nem aos seus antigos companheiros, nem aos seus novos companheiros. Pois bem: naquela época, Sua Excelência avocou o quê? Os dispositivos da Constituição Federal.

Por quê? Porque era interesse do Governo do Estado aumentar a carga tributária, aumentar a receita Estadual. Ainda agora nós estamos lendo nos jornais que vamos ter aumentos das tarifas dos serviços, alguns públicos federais, outros estaduais, em razão das novas sistemáticas estabelecidas pelo ICMS Estadual, como na tarifa do telefone.

Pois bem: se vale a Constituição Federal para fazer a vontade do poderoso do Palácio, porque não vale a Constituição Federal para atender 90 mil paranaenses, dos quais dependem. Agradeço a Vossa Excelência, perdôo o longo aparte que fiz ao brilhante pronunciamento de Vossa Excelência.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Para concluir, Sr. Presidente, encaminho a Mesa uma questão de ordem. Em primeiro lugar: o prazo do veto é contado ou não durante o recesso Parlamentar? Segundo lugar: o Decreto Legislativo nº 281/88, assinado pelo então Presidente Antônio Martins Annibelli, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, que diz: "Todos os atos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a partir da data deste decreto e até a promulgação da Constituição do Estado, deverão subordinar-se às normas da Constituição da República, de 05 de outubro de 1988." Se este Decreto Legislativo, assinado pela antiga Mesa, continua em vigor, e estando em vigor, se será aplicado no caso do veto à mensagem de aumento do funcionalismo público? Conseqüentemente, solicito à Mesa que dê interpretação a esta questão de ordem que estamos encaminhando neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra a representação do PMDB.
(Declina)
Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 31 Srs. Deputados.

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Pela ordem) - Sr. Presidente, apenas a título de es-

clarecimento da nossa Bancada do PDT, nós gostaríamos de solicitar de Vossa Excelência que, dado a falta de quorum na presente sessão, em razão da urgência da matéria do veto ao Projeto 01/89, e também considerando o artigo 132, inciso 6º do nosso Regimento Interno, nós requeremos a Vossa Excelência o esclarecimento da dúvida sobre a aplicação do artigo 191 do Regimento Interno e, em que dispositivos constitucionais deverão em seu lugar serem aplicados aos casos de vetos, inclusive, para definição específica das datas inicial e final do prazo de apreciação dos vetos parciais, apostos pelo Sr. Governador ao Projeto de Lei nº 281/88; a forma de sua votação e o quorum necessário para a deliberação e apreciação da matéria pela Assembleia Legislativa do Estado. Assim, também, Excelência, nós pedimos que defina a ordem do trabalho sobre a questão aventada, conforme também dispõe o artigo 132, inciso 11 do Regimento Interno desta Casa. Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai decidir após colocar em votação os projetos, em questão de ordem levantada por Vossa Excelência, pelo Deputado Luiz Alberto Oliveira e Nereu Carlos Massignan.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) - Vossa Excelência anunciou a apresentação de um projeto de lei, de autoria do Deputado Gernote Kirinus, criando o Município de Aparecidinha?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) - Eu estranho, e talvez Sua Excelência, o Deputado Gernote Kirinus, não tenha conhecimento de que já existe no Estado do Paraná, criado por lei desta Assembleia, o Município de Aparecidinha, comumente conhecido como Município de Aparecidinha. O nome oficial do Município, de lavra deste Deputado e do ex-Deputado Fidelcino Tolentino, é Boa Vista da Aparecida.

Então, alerta à Casa, no sentido de que este projeto possa ser devolvido ao autor, para que Sua Excelência verifique

estas colocações que faço, no intuito do bom trabalho, do bom andamento dos trabalhos desta Casa.

URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 36, de 05.05.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 121/88

PARECER:

De autoria do nobre Parlamentar Paulo Furiatti, o plano de lei presente proíbe no Estado do Paraná a caça e a pesca predatória, assim como os esportes, espetáculos e atos públicos ou privados, que envolvam maus tratos ou a morte de animais, independente de sua espécie, raça, de sua origem exótica ou nativa, silvestre ou doméstica e de sua quantidade.

Ao analisarmos o projeto, vemos em sua justificativa as sérias razões expostas pelo seu Relator que se mostra preocupado com tão cruéis e insanas práticas "pseudo-esportivas" dos Clubes de Tiro e Caça, dos Parques de Caça, das Rinhas de Galo ou/e de Canários, dos rodeios e vaquejadas e a malgrada Farra do Boi.

A proteção à fauna não pode ser restringida somente aos animais silvestres e nativos do Brasil ou àqueles que se encontram em extinção. A lacuna deixada por tão errôneo pensamento foi afortunadamente reparada pela nova Constituição Federal de 1988. Nela encontramos o Artigo 225, § 1°, no Capítulo VI, que, sobre o meio ambiente, diz incumbir ao Poder Público proteger a fauna e a flora, vedadas na forma de lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Bem se vê, que a nova Carta Magna generaliza sem especificar ou restringir esta proteção aos animais nativos, silvestres ou em perigo de extinção. A natureza é um ecossistema de engrenagens perfeitas, onde tudo existe em razão do equilíbrio geológico, atmosférico, meteorológico e biológico. Assim sendo, na natureza tudo é importante, independente de sua quantidade, espécie ou gênero. E deve-se ter em mente que aquilo que é importante para o meio ambiente é de suma importância para o homem.

A nova Constituição Federal vai mais além, neste mesmo artigo, no seu § 3°, reza que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente (devendo-se aí também aquelas igualmente lesivas a proteção da fauna) sujeitarão os infratores (pessoas físicas ou jurídicas) as sanções penais e administrativas, além de ter que reparar os danos causados.

Pelo exposto acima e analisando o aspecto constitucional e legal da matéria, somos pelo parecer favorável à aprovação deste projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.10.88.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Município é Aparecidinha do Oeste. A Mesa determina a junção das notas taquigráficas, do pronunciamento de Vossa Excelência, e encaminhará ao Deputado Germote Kirinus.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Raul Lopes, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 09/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 01/89), objetivando autorizar a Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR, a alienar o lote de terreno n° 1-A, zona "D", situado no quadro urbano da cidade de Foz do Iguaçu, com área de 9.778,90 m², descrito na averbação n° 01 da matrícula n° 35.840, do Registro de Imóveis da Comarca. Com PARECER FAVORÁVEL DA CCJ, por unanimidade. aprovado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação.

Srs. Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Eu retiro, Excelência, o pedido de verificação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 121/88 de autoria do Deputado Paulo Furiatti, que proíbe no Estado do Paraná a caça e pesca predatória, assim como os esportes, espetáculos e atos públicos ou privados que envolvam maus tratos ou a morte de animais, independentemente de sua espécie, raça, de sua origem exótica ou nativa, silvestre ou doméstica e de sua quantidade. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ e CA, por unanimidade. EM REGIME DE

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
HERMAS BRANDÃO - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA
PROJETO DE LEI Nº 121/88

PARECER:

Ao analisarmos o projeto de lei do nobre Deputado Paulo Furiatti, verificamos a perfeita compatibilização de tal proposta de lei com o que propunha o Professor de Biologia Georges Heuse, encarregado de elaborar um texto que representasse a opinião de diversos especialistas, no que dissesse respeito a defesa e proteção dos animais. No dia 02 de abril de 1977, foi constituída em Genebra, a Liga Internacional dos Direitos do Animal, e a 21 de setembro, em Londres, foi aprovado o texto definitivo. No dia 26 de janeiro de 1978, em Bruxelas, teve lugar uma reunião plenária, com a participação das ligas da França, Bélgica, Canadá, Iugoslávia, Noruega e Itália. Desta maneira foi aberto o Ano Internacional do Direito do Animal. Na primeira etapa para aplicação dos princípios, foram propostas: 1) uma moratória à caça da foca e à baleia; 2) a suspensão da caça à raposa, na Inglaterra; 3) a abolição do tiro ao pombo, na França; 4) a proibição de menores assistirem às corridas de touro, na Espanha.

O texto da Declaração dos Direitos do Animal, ora divulgado, é o seguinte:

"Considerando que cada animal tem direitos; considerando que o desconhecimento e o desprezo destes direitos levaram e continuam a levar o homem a cometer crimes contra a natureza e contra os animais; considerando que o reconhecimento por parte da espécie humana do direito à existência das outras espécies animais constitui o fundamento da coexistência das espécies no mundo; considerando que os genocídios são preparados pelo homem e que outros ainda podem ocorrer; considerando que o respeito pelos animais por parte do homem está ligado ao respeito dos homens entre si; considerando que a educação deve ensinar desde a infância a observar, compreender, respeitar os animais:

Art. 1º - Todos os animais nascem iguais diante da vida e têm o mesmo direito à existência.

Art. 2º - a) Cada animal tem o direito ao respeito. b) O homem, enquanto espécie animal, não pode atribuir-se o direito de exterminar os outros animais ou de explorá-los violando este direito. Ele tem o dever de colocar a sua consciência a serviço dos outros animais. c) Cada animal tem o direito à consideração, à cura e à proteção do homem.

Art. 3º - a) Nenhum animal deverá ser submetido a maltratos e atos cruéis. b) Se a morte de um animal é necessária deve ser

Curitiba, quinta, em 02.03.88

instantânea, sem dor nem angústia.

Art. 4º - a) Cada animal que pertence a uma espécie selvagem tem o direito de viver livre em seu ambiente natural, terrestre, aéreo ou aquático, e tem o direito de reproduzir-se. b) A privação da liberdade, ainda que para fins educativos, é contrário a este direito.

Art. 5º - Cada animal pertencente a uma espécie que vive habitualmente no ambiente do homem tem o direito de viver e crescer segundo o ritmo e as condições de vida e de liberdade que são próprias de sua espécie. b) Toda modificação deste ritmo e destas condições impostas pelo homem para fins mercantis é contrária a este direito.

Art. 6º - a) Cada animal que o homem escolhe para companheiro tem o direito a uma duração de vida conforme a sua natural longevidade. b) O abandono de um animal é um ato cruel e degradante.

Art. 7º - a) Cada animal que trabalha tem o direito a uma razoável limitação de tempo e intensidade do trabalho, a uma alimentação adequada e ao repouso.

Art. 8º - a) A experimentação animal que implica um sofrimento físico e psíquico é incompatível com os direitos do animal, quer seja uma experiência médica, científica, comercial ou qualquer outra. b) As técnicas substitutivas devem ser utilizadas e desenvolvidas.

Art. 9º - No caso de o animal ser criado para servir como alimentação, deve ser nutrido, alojado, transportado e morto sem que para ele resulte ansiedade ou dor.

Art. 10 - a) Nenhum animal deve ser usado para o divertimento do homem. b) A exibição dos animais e os espetáculos que utilizam animais são incompatíveis com a dignidade do animal.

Art. 11 - O ato que leve à morte de um animal sem necessidade, é um biocídio, ou seja, um delito contra a vida.

Art. 12 - a) Cada ato que leve à morte de um grande número de animais selvagens, é genocídio, ou seja, um delito contra a espécie. b) O aniquilamento e a destruição do ambiente natural levam ao genocídio.

Art. 13 - a) O animal morto deve ser tratado com respeito. b) As cenas de violência de que os animais são vítimas devem ser proibidas no cinema e na televisão, a menos que tenha como fim mostrar um atentado aos direitos do animal.

Art. 14 - a) As associações de proteção e de salvaguarda dos animais devem ser representadas a nível de governo. b) Os direitos do animal devem ser defendidos por leis, como os direitos do homem."

Em razão do acima exposto, somos de parecer favorável ao presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.11.88.

(aa) SABINO CAMPOS

Presidente

ORLANDO PESSUTI

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 152/88, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti, que declara de Utilidade Pública a "Associação Cristã dos Moradores de Palmeiras - ACRIMOPA", com sede e foro nesta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ e CDC, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA 52, de 06.06.88)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 152/88

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Luiz Antonio Setti, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a "Associação Cristã dos Moradores de Palmeiras - ACRIMOPA", com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processo instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.08.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CESAR

Relator

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 152/88

PARECER:

Introduzido à discussão na Assembleia Legislativa por iniciativa do eminente Deputado Luiz Antonio Setti, o Projeto de Lei nº 152/88, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "Associação Cristã dos Moradores de Palmeiras - ACRIMOPA", com sede e foro nesta Capital.

Reconhecido o mérito da louvável e oportuna ação do Deputado autor da proposição e, atentos ao parecer da Douta Comissão de Constituição e Justiça desta Augusta Casa de Leis, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação da matéria, haja vista não haver impedimento constitucional que se oponha ao seu trâmite normal.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.09.88.

(aa) PAULO FURIATTI

Presidente

ALGACI TÚLIO

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 176/88, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que denomina "RODOVIA OSCAR VIRMOND DE ARRUDA", o trecho da PR-082, compreendido entre o Rio Ivaí até Placa Luar no Município de Jardim Alegre. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. nº 61, de 16.06.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 176/88

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, tem por finalidade de denominar "RODOVIA OSCAR VIRMOND DE ARRUDA", o trecho da PR-082, compreendido entre o Rio Ivaí até Placa Luar, no Município de Jardim Alegre.

O projeto de lei está devidamente justificado com os termos do Regimento Interno e de acordo com as normas vigentes. Assim sendo, nada há que possa impedir a sua normal tramitação por esta Augusta Casa de Leis.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.08.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

ERONDY SILVÉRIO

Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 176/88

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, o plano de lei em tela objetiva denominar "RODOVIA OSCAR VIRMOND DE ARRUDA", o trecho da PR-082, compreendido entre o Rio Ivaí até a Placa Luar, no Município de Jardim Alegre.

A medida que ora se propõe pretende deixar registrado na história do Paraná, uma homenagem à figura de personalidade tão marcante, conforme pudemos observar, pela justificativa que acompanha a presente proposta.

Esta Douta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, seguindo o entendimento da Comissão de Constituição e Justiça, vem a se pronunciar FAVORÁVELMENTE, visto que a matéria encontra-se de conformidade com os termos do Regimento Interno e as normas vigentes.

Assim sendo, nada há que possa vir a prejudicar o trâmite normal do Projeto de Lei nº 176/88, por esta Casa de Leis, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pe-

la sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.08.88.

(aa) ACYR MEZZADRI

Presidente

PAULO FURIATTI

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 178/88, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o LAR BELAVISTENSE DE PROMOÇÃO HUMANA, com sede na cidade de Bela Vista do Paraíso, neste Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.D.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. nº 61, de 16.06.88.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 178/88

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o "LAR BELAVISTENSE DE PROMOÇÃO HUMANA", com sede e foro na cidade de Bela Vista do Paraíso, neste Estado.

Ao analisar o mesmo, vemos que a referida entidade encontra-se de acordo com os ditames da Lei nº 6.994, de 10.01.78, que dita as normas para a Declaração de Utilidade Pública, já que foi registrada em 1986, tendo conseqüentemente personalidade jurídica há mais de um ano e que se encontra em efetivo exercício junto à comunidade de maneira desinteressada, ou seja, não tem fins lucrativos e que presta aos menores vindos de famílias carentes o que lhes falta em casa, como higiene, alimentação, educação e recreação.

Assim sendo, nada encontra esta Comissão de Constituição e Justiça que possa impedir a legal tramitação do mesmo nesta Augusta Casa de Leis.

Isto posto, opinamos FAVORAVELMENTE à aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.08.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator.

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR
PROJETO DE LEI Nº 178/88

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública, o LAR BELA VISTA DE PROMOÇÃO HUMANA, com sede e foro na cidade de Bela Vista do Paraíso, no Estado do Paraná.

Ao analisarmos o mesmo, observamos acórdância com a legislação vigente, para o objetivo preposto. Observando a ação desta entidade temos apenas a ressaltar os

Curitiba, quinta, em 02.03.89

grandes serviços prestados à população de Bela Vista do Paraíso, através da ação desta entidade. Quanto aos possíveis auxílios a Defesa do Consumidor, não encontramos em seus estatutos qualquer restrição de ordem legal, que possa impedir a tramitação do presente projeto de lei.

Assim sendo, nada encontra esta Comissão de Defesa do Consumidor, que possa impedir a tramitação, opinando FAVORAVELMENTE a sua aprovação, em trâmite nesta Casa.

Sala das Comissões, em 27.09.88.

(aa) PAULO FURIATTI

Presidente

PAULINO JOSÉ DELAZERI

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 182/88, de autoria do Deputado Luiz Alberto Oliveira, que declara de Utilidade Pública a Sociedade das Irmãs Teatinas, com obras assistenciais nos Municípios de Sede Sulina, Pato Branco e Curitiba. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado (Publ. no DA. nº 61, de 16.06.88)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 182/88

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Luiz Alberto M. Oliveira, objetiva o presente plano de lei, declarar de Utilidade Pública a SOCIEDADE DAS IRMÃS TEATINAS, com obras assistenciais nos Municípios de Sede Sulina, Pato Branco e Curitiba.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

LAURO LOBO ALCANTARA

Relator.

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR
PROJETO DE LEI Nº 182/88

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Luiz Alberto Oliveira, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública, a "SOCIEDADE DAS IRMÃS TEATINAS", com obras assistenciais nos Municípios de Sede Sulina, Pato Branco e Curitiba.

Encontra-se o presente projeto instruído com as peças exigidas pela legislação em vigor, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação nor-

mal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente projeto de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer desta Comissão.

Sala das Comissões, em 27.09.88.

(aa) PAULO FURIATTI

Presidente

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 184/88, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, que cria o Município de GODOY MOREIRA "ad referendum" do resultado do plebiscito ser realizado, segundo decisão do Tribunal Regional Eleitoral, desmembrado do Município de São João do Ivaí, obedecendo as divisas que especifica. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. nº 63, de 20.06.88.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 184/88

PARECER:

Com o presente plano de lei, intenciona seu autor a criação do Município de GODOY MOREIRA, ad referendum, do resultado de consulta plebiscitária a ser - futuramente - realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral.

Justifica a medida afirmando a Câmara Federal, ao estabelecer normas para a realização de eleições municipais no corrente ano, estabeleceu a data final de criação de municípios como sendo a de 15 de julho pretérito.

O projeto de lei foi apresentado tempestivamente, isto é, em 17 de junho deste ano e lido no expediente do dia 20 do mesmo mês.

Faltando apenas oito dias para o recesso parlamentar de julho, não poderia a matéria ser apreciada em tempo hábil, nas comissões, em plenário e obter sanção em exíguo espaço de tempo.

Assim, mesmo entendendo que a inversão processual prevista no artigo 1º do Projeto já prejudica sua legalidade por afrontar dispositivo claro da Lei Orgânica dos Municípios, considero a medida prejudicada pelo decurso do prazo estabelecido pela legislação federal, o que fulmina a pretensão, opinando-se pelo seu arquivamento, face a falta de objeto atual.

Sala das Comissões, em 20.09.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

ERONDY SILVÉRIO

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 188/88, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que declara de Utilidade

Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA PROFESSOR JOSÉ ELIAS DA ROCHA, com sede e foro em Ponta Grossa. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.D.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. nº 63, de 20.06.88.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 188/88

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Djalma de Almeida César, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA PROFESSOR JOSÉ ELIAS DA ROCHA com sede e foro em Ponta Grossa.

Ao analisar o mesmo, vemos que a referida entidade encontra-se de acordo com os ditames da Lei nº 6.994, de 10.01.78, que dita as normas para Declaração de Utilidade Pública, já que foi registrada na data de 01.03.78, tendo conseqüentemente personalidade jurídica há mais de um ano e que se encontra em efetivo exercício junto a comunidade de maneira desinteressada, ou seja, não tem fins lucrativos e que presta promover aproximação de alunos, pais e professores, a fim de que o educando seja produtivo e útil à sociedade.

Assim sendo, opinamos FAVORAVELMENTE à aprovação deste projeto de lei por nada encontramos que possa impedir sua legal tramitação por esta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.08.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator.

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 188/88

PARECER:

O Projeto de Lei nº 188/88, ora em observação, de autoria do ilustre Deputado Djalma de Almeida César, declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA PROFESSOR JOSÉ ELIAS DA ROCHA, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Inexistindo qualquer tipo de óbice constitucional, quanto à aprovação do presente projeto de lei e, havendo recebido parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça deste Poder, em data de 09.08.88, cabe-nos considerar a legitimidade da iniciativa expressa no projeto, emitindo PARECER FAVORÁVEL à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.09.88.

(aa) PAULO FURIATTI

Presidente

ALGACI TÓLIO

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 190/88, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ELZIRA CORREIA DE SÁ, com sede e foro em Ponta Grossa. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.D.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 63, de 20.06.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 190/88

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Djalma de Almeida César, o projeto de lei em questão visa a declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ELZIRA CORREIA DE SÁ, com sede e foro em Ponta Grossa.

A proposta, que ora vem a ser objeto de análise, encontra-se devidamente justificada, além do que encontra apoio nos preceitos da Lei n° 6.994/78, que estabelece as normas para declaração de Utilidade Pública.

Assim sendo, esta douta Comissão de Constituição e Justiça chamada a opinar, vem a se pronunciar favoravelmente, dada a inexistência de óbices de natureza legal, constitucional e regimental que possam vir a prejudicar o trâmite da proposta por esta Colenda Casa.

Nestas condições, o nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO. É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.08.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO
Presidente
HERMAS BRANDÃO
Relator.

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR
PROJETO DE LEI N° 190/88

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Djalma de Almeida César, o projeto de lei em questão, visa declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ELZIRA CORREIA DE SÁ, com sede e foro em Ponta Grossa.

A proposta, que ora vem sendo objeto de análise, se encontra devidamente justificada, uma vez que a entidade vem prestando, desinteressadamente, relevantes serviços à coletividade.

Assim sendo e, pelo fato de que a documentação que instrui este projeto estar dentro dos ditames da Lei n° 6994/78, que dispõe sobre a matéria, somos favoráveis à aprovação do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.09.88.

(aa) PAULO FURIATTI
Presidente
ANTÔNIO COSTENARO NETO

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 200/88, de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo, que declara de Utilidade Pública a Defesa- Associação de Defesa Ambiental e Cultural de Castro-Pr, com sede e foro na cidade de Castro. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.D.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n° 65, de 22.06.88.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 200/88

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Rafael Greca de Macedo, objetiva o presente Plano de Lei declarar de Utilidade Pública a "DEFESA - ASSOCIAÇÃO DE DEFESA AMBIENTAL E CULTURAL DE CASTRO PR", com sede e foro no Município de Castro.

Encontra-se o processo instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente Plano de Lei, nos termos que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.08.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO
Presidente
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Relator.

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR
PROJETO DE LEI N° 200/88

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Rafael V. Greca de Macedo, o presente Projeto de Lei visa declarar de Utilidade Pública a "DEFESA- Associação de Defesa Ambiental e Cultural de Castro- Pr", com sede e foro no Município de Castro.

A presente proposição cumpre todas as formalidades impostas pela Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 27.09.88.

(aa) PAULO FURIATTI
Presidente
HAROLDO RODRIGUES FERREIRA
Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 72/88 (Mensagem n° 86/88- ex-Proposição n° 81/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o convênio celebrado em 26.04.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Fazenda e o Município de Prudentópolis, com a participação do DECOM, objetivando a construção

de prédio a ser destinado a abrigar a agência de rendas do município acima mencionado. Aprovado.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROPOSIÇÃO N° 057/88

P A R E C E R:

Em cumprimento ao estabelecido pelo art. 5° da Lei n° 8.666 de 14 de dezembro de 1987, que dispõe sobre o Orçamento do Estado para o ano de 1988, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado encaminha a esta Assembléia Legislativa, para o devido referendament, os orçamentos das Fundações, Autarquias, Órgãos de Regime Especial e Empresas Públicas, devidamente aprovados pelo Poder Executivo através de Decreto.

Este dispositivo, inserido na lei de meios referente ao exercício de 1984 por iniciativa desta Casa de Leis, foi seguido pelo Poder Executivo nos anos subsequentes, para tornar-se após três anos seguidos, um reconhecimento do Poder fiscalizador da Assembléia Legislativa sobre a atuação futura das empresas administradas pelo Estado e geridas com os recursos do povo do Paraná.

"Art. 5° - As autarquias, Empresas Públicas, Fundações instituídas pelo estado e os órgãos de regime especial terão, na forma da Lei, os seus orçamentos próprios aprovados por Decreto do Chefe do Poder Executivo, "ad referendum" da Assembléia Legislativa.

Do exame da matéria, com seu conteúdo técnico, refletindo uma situação proposta para o exercício financeiro de 1988, podemos opinar que reflete, quanto ao seu conteúdo, os interesses do Estado. E em se tratando de homologar os orçamentos próprios anteriormente descritos e aprovados por decreto pelo Senhor Governador, o nosso Parecer é favorável à HOMOLOGAÇÃO, na forma da minuta do projeto de resolução a este anexado.

Este é o entendimento do relator, visto ser, na verdade a homologação, ato de retificação ou confirmação, não dá direito novo nem título, não dispondo, pois, de modo diferente àquele ajustado ou estabelecido no ato homologado e homologado, somente lhe dá força e ativa o direito de execução.

Sala das Comissões, em 10.08.88.

(aa) GERNOTE KIRINUS
Presidente
HOMERO OGUIDO
Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 73/88 (Mensagem n° 92/88, ex-Proposição n° 89/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade que aprova os convênios celebrados em 08.08.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, e os Municípios de Capanema e da Lapa, objetivando promover ações de integração, capacitação e aperfeiçoamento do jovem do campo. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 74/88 (Mensagem n° 59/88, ex-Proposição n° 62/88), oriundo do Parecer FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por maioria, e Comissão de Orçamento, por unanimidade, que referenda o Decreto Governamental n° 9.949, de 14.01.87, que aprova os orçamentos próprios das Fundações, Autarquias, Órgãos de Regime Especial e Empresas Públicas do Estado, para o exercício financeiro de 1987, com as receitas, despesas e programas detalhados. Aprovado. (Publ. no DA. n° 26, de 20.04.88, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
À PROPOSIÇÃO N° 062/88

P A R E C E R:

Originada da Mensagem Governamental n° 59/88, a presente Proposição encaminha ao referendo desta Assembléia, os orçamentos próprios das Fundações, Autarquias, Órgãos de Regime Especial e Empresas Públicas, referentes ao ano de 1987, dando cumprimento à legislação específica que regula a matéria.

Do exame da documentação que acompanha a Mensagem, concluímos que a matéria poderá receber o referendo desta Casa de Leis, na forma do projeto de resolução que, em anexo, oferecemos.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27.09.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO
Presidente
ERONDY SILVÉRIO
Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 75/88 (Mensagem n° 49/88 ex-Proposição n° 57/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Orçamento, por unanimidade, que referenda nos termos do artigo 5°, da Lei n° 8666 de 14.12.87, os orçamentos das Fundações Empresas Públicas, Autarquias e Órgãos de Regime Especial, para o exercício de 1988. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA n° 17, de 04.04.88 Mensagem).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Sobre a mesa, requerimento de n° 034, de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 044, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do

expediente. Retirado pelo autor.

Requerimento de nº 041, de autoria dos Senhores Deputados Rafael Greca, Valderi Mendes Vilela, Haroldo Rodrigues Ferreira e de demais Senhores Deputados, constante do expediente. Retirado pelos autores.

Requerimento de nº 024, de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Retirado pelo autor.

Requerimento de nº 025, de autoria dos Senhores Deputados Algaci Túlio, Paulo Furiatti, Raul Lopes, e de demais Senhores Deputados, constante do expediente. Retirado pelos autores.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Pela ordem, Senhor Presidente.
Solicito verificação de votação.

O SR. PEDRO TONELLI - Pela ordem, chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Pela ordem, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, antes que se proceda à chamada nominal, eu gostaria de propor a Vossa Excelência e à Mesa, já que Vossa Excelência preside a Assembléia Constituinte também, e a dirige, para dizer da necessidade de se proceder uma reunião entre a Mesa diretora da Assembléia Constituinte, às lideranças desta Casa, e, os presidentes e relatores das Comissões Temáticas e da Constituinte, a fim de discutir-se os mais diversos assuntos de interesse capital, para o bom funcionamento, andamento e cumprimento dos prazos que nos afligem sobre este processo constituinte, que se inicia.

Portanto, estou propondo a Vossa Excelência, Senhor Presidente, encarecendo a Vossa Excelência e à Mesa, que façamos essa reunião o quanto antes possível, evidentemente consultada a disponibilidade dos Senhores Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal)

22 (vinte e dois) Senhores Deputados responderam a chamada nominal. Não há quórum para votação, mas sim para prosseguimento da sessão.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, permita-me fazer uma homenagem neste momento, é um momento histórico nesta Casa, ao Líder de si mesmo, Deputado Nestor Baptista, pois no passado sempre fomos ...

Curitiba, quinta, em 02.08.89

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não se trata de questão de ordem, a palavra de Vossa Excelência está cassada.

A Mesa vai decidir a questão de ordem levantada pelo nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira.

A Mesa pede aos Senhores Deputados que se conservem em seus lugares.

A Mesa vai decidir a questão de ordem levantada pelo Deputado Luiz Alberto Oliveira.

De acordo com o Artigo 66 da Constituição Federal, parágrafo 6º, a Mesa marcará para a sessão de amanhã a apreciação do veto do Senhor Governador do Estado, às 10 horas da manhã, discussão única.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela ordem)

Senhor Presidente, a Bancada do PDT quer congratular com Vossa Excelência pela decisão provando desta forma que os seus compromissos como Presidente desta Casa já começam a ser aplicados. Esta é realmente uma posição enaltecida a Vossa Excelência como mandatário desta Casa, fazendo prevalecer sempre a Carta Magna, a Lei Maior, a Constituição Federal.

Os parabéns da Bancada do PDT.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - A Bancada do PSDB congratula-se com a decisão de Vossa Excelência, fazendo vigir a Constituição de 5 de maio de 1988, mesmo porque o parágrafo 6º diz: (Lê):

"Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições até sua votação final, ressalvadas as matérias de que trata o Artigo 62, parágrafo único."

Mas não é esta a questão que eu queria ressaltar. Ressalto que Vossa Excelência no segundo dia na Presidência de um Poder, hoje toma uma decisão histórica, toma uma decisão em que o Parlamento realmente se vê dignificado, se vê atribuído nas suas funções que é legislar e apreciar as matérias que estão em causa.

Meus parabéns. O voto que Vossa Excelência recebeu dos Senhores Parlamentares, hoje é dignificado.

O SR. HAROLDO FERREIRA - (Pela ordem) Se-

nhor Presidente, Vossa Excelência obteve na eleição recentemente realizada nesta Casa 51 votos, demonstrando acima de tudo o valor do seu trabalho nesta Casa durante todos estes anos, e eu tenho certeza, se fora realizado hoje a eleição Vossa Excelência teria, por justiça, cinquenta e quatro votos em função da sua atitude tomada neste momento e compromisso seu de que este Poder Legislativo, a propósito do que colocou a Constituição Federal, assumia as suas prerrogativas e acima

de tudo o compromisso com o povo paranaense.

Sinto-me neste momento, gratificado, honrado em participar hoje da Assembleia Legislativa do Paraná.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, nobres Deputados, o PDC cumprimenta o Excelentíssimo Senhor Presidente desta Casa, Anibal Khury, pela decisão que tomou.

A decisão, ela representa não apenas o cumprimento exato da Constituição Federal, mas acima de tudo a primeira demonstração oficial desta Casa de que este Legislativo é independente e não uma mera dependência do Executivo.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, tendo sido este Deputado o mais incisivo na provocação de Vossa Excelência quanto a que se fizesse valer o Decreto Legislativo de 5 de outubro passado, este Deputado se sente dignificado de ter sufragado seu nome para Presidente do Legislativo e se sente sobretudo feliz de ver que a Assembleia não é mais um apêndice do Palácio Iguaçu, mas começa a ser o que quer o povo, o que querem os novos tempos, um Poder independente, e soberano, onde por certo nós teremos ocasião de expressar as nossas diversas opiniões e conseguirmos uma verdade que sirva na sua limpidez e na sua transparência ao futuro do Paraná e aos altos desígnios que o Paraná espera dos seus legisladores.

Sabendo ser Vossa Excelência o mais venerável em idade dos Parlamentares, eu saúdo a sua decisão como uma decisão de extrema jovialidade, originada, que faz bem ao Paraná e à República e por excelência faz bem a todos nós, resgata a nossa manhã, entristecida pelo deserto da Bancada do lado de lá.

O SR. ANTONIO COSTENARO NETO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, a Bancada do PFL, por unanimidade, depositou o voto de confiança elegendo Vossa Excelência na Presidência desta Casa, e hoje Vossa Excelência dá à Bancada do PFL a certeza de que este Poder será autônomo e democrático na demonstração da grandeza que Vossa Excelência dá, na decisão de hoje concedendo à Assembleia Legislativa o direito de votar amanhã a matéria de capital importância.

Meus parabéns a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Agradeço as palavras ...

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, apenas para registrar apesar de ter sido saudado pelo Deputado

Pedro Tonelli como líder de mim mesmo, mas a Bancada do PMDB - e eu quero invocar aqui o testemunho de Vossa Excelência - em momento algum solicitou que a matéria não fosse colocada em apreciação na sessão de amanhã. Por isso, eu quero também me solidarizar com aqueles que o cumprimentam em nome da Bancada do PMDB, que já havia conversado com Vossa Excelência. A Bancada esteve reunida na parte da manhã de hoje e também concordou plenamente que esta matéria fosse apreciada, aliás, não passa de obrigação de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu agradeço as referências do Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela ordem) Senhor Presidente, eu gostaria que Vossa Excelência desconsiderasse os requerimentos apresentados pelos eminentes Deputados da Oposição à vista da decisão que Vossa Excelência tomou. E permito-me agora, Senhor Presidente, declarar de público aquilo que lhe disse particularmente após a consagrada votação que Vossa Excelência teve no plenário desta Casa, que deve ter servido mais do que como motivo de alegria, mais que um bálsamo, deve ter servido a Vossa Excelência como o coroa-mento da sua atividade como político e como homem público.

Os dias que Vossa Excelência passou de dificuldades, de lutas na vida contra os poderosos de então, devem ter sido apagados do seu coração pelo testemunho espontâneo que os Deputados e que o povo do Paraná quis prestar a Vossa Excelência.

Mas eu quero dizer agora aqui de público desta tribuna, eu que sou líder solitário e não me sinto ofendido com isto porque também já lutei contra os poderosos, já fui homem de governo e sou homem de oposição e creio que na vida é importante manter a lealdade, a coerência consigo mesmo e com os seus propósitos. Eu quero, Deputado Anibal Khury, lembrar a Vossa Excelência e ao Paraná uma frase de São Paulo, apóstolo, numa das suas epístolas, que diz o seguinte:

"Sê fiel, sê fiel até a morte que eu te darei a coroa da vida".

Vossa Excelência, Deputado Anibal Khury, ganhou esta eleição na Assembleia Legislativa de uma forma consagrada, a maior dos 136 anos deste parlamento, porque Vossa Excelência foi fiel ao Parlamento e ao Legislativo, e os Deputados quiseram dar-lhe o reino da vida, entregando os destinos deste Parlamento nas suas mãos honradas.

Por isso é que eu desejo cumprimentar a Vossa Excelência porque lhe fiz o desafio que Vossa Excelência continuasse na

Presidência o mesmo fiel do passado e quero que Vossa Excelência, continuando fiel, faça a vida verdadeira deste Parlamento Estadual.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Pela ordem o Deputado Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Quero, também, Senhor Presidente, prestar a minha homenagem mais uma vez de público a Vossa Excelência e demonstrar a minha admiração pela maneira como tem se conduzido na valorização deste Poder Legislativo.

Ao ocuparmos a tribuna e nos associarmos à preocupação de outros Parlamentares, vimos em Vossa Excelência a possibilidade de de se encontrar o caminho, como dizíamos em nosso pronunciamento e vimos que Vossa Excelência colocou perante nós o caminho, para que haja a condição de cada um manifestar o seu ponto de vista de maneira livre, de maneira soberana, como só ia acontecer com os Parlamentos livres de todo o mundo.

Os cumprimentos, mais uma vez, por esta atitude firme e digna do nosso Presidente da Assembléia Estadual Constituinte e da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Quero agradecer as manifestações das diversas bancadas, através dos Deputados Nereu Carlos Massignan, Haroldo Ferreira, Valde-ri Mendes Vilela, Edmar Luiz Costa, Luiz Alberto Oliveira, Rafael Greca, Antônio Costenaro, Nestor Baptista e Ezequias Losso.

Realmente, Senhores Deputados, eu estou comovido com estas manifestações, porque apenas cumpro com o meu dever. Eu ju-

Curitiba, quinta, em 02.03.89

rei que eu não podia fracassar. Esta atitude que eu tomei, tendo em vista o requerimento do nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, é a atitude de acordo com os dispositivos da Constituição Federal. Então, apenas cumpro com o meu dever.

E, dentro do meu estilo político eu conversei com os diversos líderes, inclusive, com o Líder da Bancada do PMDB, comunicando que eu ia tomar esta decisão, inclusive, com o Deputado Haroldo.

A decisão está tomada. Eu agradeço mais uma vez as manifestações de apreço de todos os Deputados e quero dizer aos Senhores que eu cumprirei com o meu dever. O meu dever de chefe de um Poder e vou me conduzir nesses dois anos dentro desta norma.

Muito obrigado a todos.

A votação far-se-á de acordo com os dispositivos da Constituição Federal amanhã, às 10:00 horas e esta matéria terá preferência sobre todas as outras matérias.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão marcando outra para amanhã, sexta-feira, dia 03, às 10:00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 09/89.

2ª DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei nº 121, 152, 176, 178, 182, 184, 188, 190, 200/88 e 09/89 e dos Projetos de Resolução nº 72, 73, 74/88.

EM VOTAÇÃO - do Projeto de Resolução nº 75/88.

Levanta-se a sessão.